

# iscte

INSTITUTO  
UNIVERSITÁRIO  
DE LISBOA

---

Colonialismo e reparações históricas em Portugal: um olhar sobre o memorial de homenagem às pessoas escravizadas

Eros Augusto Figueiredo de Oliveira

Mestrado em Antropologia (Globalização, Migrações, e Multiculturalismo)

Doutor Otávio Raposo, Professor Auxiliar Convidado e Investigador Integrado, CIES - Instituto Universitário de Lisboa

Novembro, 2022

Antropologia

Colonialismo e reparações históricas em Portugal: um olhar sobre o memorial de homenagem às pessoas escravizadas

Eros Augusto Figueiredo de Oliveira

Mestrado em Antropologia (Globalização, Migrações, e Multiculturalismo)

Doutor Otávio Raposo, Professor Auxiliar Convidado e Investigador Integrado, CIES - Instituto Universitário de Lisboa

Novembro, 2022

*Dedico essa dissertação às vítimas da escravidão e do colonialismo*



## **Agradecimento**

Gostaria de agradecer a todos que diretamente ou indiretamente me apoiaram durante esse percurso, especialmente ao orientador Prof<sup>o</sup> Dr. Otávio Raposo

À minha grande amiga Rosanna Wiseman que me inspirou a cursar o mestrado em Antropologia.

À professora Ana Stela Cunha, que desde que cheguei em Portugal, tem me apoiado e incentivado.

E também ao António Tonga, Alana Castro Azevedo, Beatriz Gomes Dias, Di Cândido, Evalina Gomes Dias, Miguel Vale de Almeida, Noé João e Rodrigo Saturnino, por terem gentilmente concedido entrevistas.

Obrigado



## **Resumo**

Basta uma breve caminhada em Lisboa para que até o turista mais desavisado perceba que as memórias evocadas na cidade têm forte ligação com os descobrimentos e o colonialismo, um momento trágico para os povos colonizados. Contudo, isso está prestes a mudar.

Liderado pela associação de afrodescendentes DJASS através do orçamento participativo da Câmara Municipal de Lisboa, será erigido no Campo das Cebolas (Largo José Saramago) o memorial “Plantação – Prosperidade e Pesadelo” de homenagem às pessoas escravizadas.

Esta investigação visa dar voz ao movimento antirracista português e lançar um olhar sobre questões que Portugal prefere evitar em nome de um excepcionalismo que nunca existiu.

Palavras-chave: memorialização, escravidão, racismo, reparações históricas





## **Abstract**

A short walk in Lisbon is enough for even the most unsuspecting tourist to realize that the memories evoked in the city have a strong connection with the discoveries and colonialism, a tragic moment for the colonized peoples. However, that is about to change.

Led by the association of Afro-descendants DJASS through the participatory budget of the Lisbon City Council, the memorial “Plantation – Prosperity and Nightmare” will be erected in Campo das Cebolas (Largo José Saramago) in tribute to the enslaved people.

This investigation aims to give voice to the portuguese anti-racist activist movement and look at issues that Portugal prefers to avoid in the name of an exceptionalism that never existed.

Keywords: memorialization, slavery, racism, reparations



# Índice

Agradecimento	iii
Resumo	v
Abstract	vii
Introdução	11
a. Objetivo	15
b. Metodologia	15
Capítulo 1. Escravidão, colonialismo e racismo	
1.1. Tráfico transatlântico e escravidão	17
1.2. Raça e Racismo	20
1.3. Presença negra em Lisboa	23
1.4. Luso-tropicalismo português	25
1.5. A legislação e a sua falta de consequência	26
Capítulo 2. Reparações históricas e Memorialização	
2.1. Memorialização e Justiça Transicional	35
2.2. Memorialização na Europa e reparações	38
2.3. Reparações em Portugal	40
2.4. Manifestações coloniais no espaço público português	42
2.4.1. White Backlash	44
Capítulo 3. Movimentos sociais e antirracismo no Portugal contemporâneo	
3.1 DJASS - Associação de afrodescendentes	47
3.1.1. Histórico	47
3.2. Estudo de Caso: Memorial de homenagem às vítimas da escravidão	50
3.2.1. Plantação - Prosperidade e pesadelo de Kiluanji Kia Henda	53
3.2.1.1. Controvérsias sobre o monumento	62
3.3. Centro Interpretativo	62
Conclusões	63
Referências bibliográficas	65



## Introdução

No final do ano de 2021, um grupo independente de peritos das Nações Unidas sobre pessoas de ascendência africana visitou Portugal e produziu um documento com várias descobertas e recomendações.<sup>1</sup> Uma das recomendações é "facilitar o processo de justiça reparatoria para as pessoas de ascendência africana" no país <sup>2</sup>. No mesmo período, a Alemanha pediu desculpas pelo genocídio do povo Herero-Nama<sup>3</sup> entre 1904 e 1908 e anunciou que vai investir mais de um bilhão de euros em projetos de desenvolvimento na Namíbia (Oltermann, 2021). Recentemente, o ministro da Cultura de Portugal, Pedro Adão e Silva, decidiu fazer um inventário do patrimônio<sup>4</sup> (Martins, 2022) existente em Portugal para devolver às ex-colônias<sup>5</sup> e António Costa pediu desculpas às vítimas do massacre de Wiriamu.

Portugal foi o maior traficante de pessoas escravizadas do mundo. (Henriques, 2018). As reparações históricas às vítimas da escravidão e do colonialismo, no caso português, surgem no contexto do tráfico estimado em mais de 12 milhões de seres humanos entre 1517 e 1867, com o pico do tráfico de escravos atingido após a proibição do tráfico de escravos (Araújo, 2017). Após a abolição da escravidão e do tráfico, das práticas de trabalho forçado ou análogas à escravidão continuaram a existir nas ex-colônias com contornos distintos (Jerónimo, 2015).

Enquanto a narrativa oficial que nos é apresentada é a de que países que foram colonizados são mais pobres por conta de seus próprios problemas internos e os países Europeus são ricos porque trabalharam duro e defenderam os valores e políticas corretos, um vasto registro histórico e análise estrutural evidenciam enormes injustiças e trazem para a mesa um debate que se evita a todo custo: as reparações históricas. Sendo que responsabilização pelos danos

---

<sup>1</sup> Statement to the media by the United Nations Working Group of Experts on People of African Descent, on the conclusion of its official visit to Portugal (29 November-6 December, 2021) Disponível em: <https://web.archive.org/web/20211207223421/https://www.ohchr.org/EN/NewsEvents/Pages/DisplayNews.aspx?NewsID=27894&LangID=E> Acessado em Dez. 2021

<sup>2</sup> De 2015 até 2024 é a Década Internacional das Nações Unidas para os Afrodescendentes e Portugal é signatário da Conferência Mundial contra o Racismo (WCAR).

<sup>3</sup> Herero and Namaqua genocide. (2022, September 14). In *Wikipedia*. [https://en.wikipedia.org/wiki/Herero\\_and\\_Namaqua\\_genocide](https://en.wikipedia.org/wiki/Herero_and_Namaqua_genocide) O genocídio dos Herero Nama aconteceu entre 1904 e 1907 no Sudoeste Africano Alemão – Atual Namíbia. Após uma revolta contra o domínio colonial alemão o general Lothar von Trotha dirigiu a população de Herero-Nama ao deserto de Omaheke, onde 50 a 70% da população morreu de sede. Além disso, a limpeza étnica promovida pelos alemães também foi feita através do envenenamento de poços artesanais desta população.

<sup>4</sup> Ver também: Relatório Savoy-Sarr “Rapport sur la restitution du patrimoine culturel africain. Vers une nouvelle éthique relationnelle”

<sup>5</sup> Em 2020 havia sido chumbada proposta da então deputada Joacine Katar Moreira para devolução de bens de museus aos países de origem. <https://www.dn.pt/poder/parlamento-chumba-proposta-de-joacine-descolonizacao-conhecimento-11780655.html> No entanto, seguindo o exemplo de outros países europeus, como a França, o atual ministro da Cultura decidiu realizar o levantamento de bens pertencentes as ex-colônias que se encontram em território nacional.

causados pelo colonialismo não é uma tarefa fácil, seja porque grande parte da história foi apagada, seja porque nenhum pagamento de indenização seria capaz de recuperar o que já foi perdido.

Europeus, apoiados por mitos religiosos e darwinistas, transformaram a dinâmica da vida no continente africano ao impor o controle sobre essas populações. O colonialismo representou uma missão europeia para emancipar a humanidade da sua pré-história (Comaroff, 2012). A historiografia mostra que com o fim da escravidão, alguns ex-proprietários de escravos foram indenizados (Manning, 2021), enquanto as pessoas escravizadas, não foram de todo recompensadas (Araújo, 2017), muito pelo contrário, seus descendentes foram mantidos em condições precárias e de subalternidade até os dias atuais.

Especificamente o papel de Portugal nesse processo deve-se principalmente à expansão do tráfico de escravos a um nível nunca antes visto para o Brasil, mas também em território nacional. Além disso, práticas que podem ser consideradas como análogas a escravidão continuaram a existir nos territórios colonizados por Portugal até meados do século XX. (Jerónimo, 2010, Harris, 1958, Monteiro, 2017). Estima-se que em Lisboa cerca de 10 a 20% da população era de origem africana durante o século XVI. (Tinhorão, 1988 p.102)

Portanto, pretendo, através desta pesquisa, investigar como Portugal lida com questões que envolvem a memória das pessoas escravizadas após o 25 de Abril<sup>6</sup>, a partir do contexto da Justiça Transicional, e o que vem fazendo para reparar as vítimas do tráfico de escravos do Atlântico, que resultou no que conhecemos hoje como Diáspora Africana, e cujos efeitos persistem até hoje sob a forma de racismo estrutural nessas duas sociedades.

A definição de Justiça Transicional segundo o International Center for Transitional Justice (ICTJ), o mais relevante órgão nessa matéria:

“Transitional justice refers to how societies respond to the legacies of massive and serious human rights violations. It asks some of the most difficult questions in law, politics, and the social sciences and grapples with innumerable dilemmas”

“Countries and communities that have experienced gross human rights violations face immense challenges in achieving sustainable development. By dealing with these violations and their consequences, transitional justice can help advance a society’s development by making it more peaceful, inclusive, and equitable.”<sup>7</sup>

A justiça transicional pode ser feita através de basicamente duas maneiras no que se refere as reparações históricas: de modo simbólico ou material. Do reconhecimento/pedido de desculpas à compensação financeira<sup>8</sup>. Registros históricos mostram que sempre houve uma

---

<sup>6</sup> Data em que se iniciou a atual Terceira República Portuguesa

<sup>7</sup> <https://www.ictj.org/what-transitional-justice> - What is transitional justice? – Acessado em Out. 2022

<sup>8</sup> Pedidos de reparação individuais por parte dos escravizados começa a surgir a partir do século XVIII. Com o tempo passam a surgir pedidos de indenização coletiva e com o fim da Segunda Guerra Mundial diversas

preocupação maior em indenizar os proprietários de escravos, do que as próprias vítimas da escravidão. (Araujo, 2017). “Senhores de escravos receberam direta ou indiretamente indenização”, resume Araujo.<sup>9</sup>

Por isso, pretendo utilizar como objeto de estudo o Memorial de homenagem as pessoas escravizadas, o monumento “Plantação – Prosperidade e Pesadelo” do artista angolano Kiluanji Kia Henda e Centro Interpretativo que será erguido no Campo das Cebolas para que possa ser lançado um olhar para essas temáticas, uma vez que o memorial pode ser entendido como uma reparação simbólica.

Lisboa é uma cidade historicamente negra. Durante séculos, a ribeira do Tejo foi um grande palco de transações envolvendo seres humanos vivos. No local da praça do Comércio existiu por séculos a Casa de Escravos (Henriques, 2021 p. 21), a pintura do séc. XVI “Chafariz d’El Rey” mostra uma Ribeira das Naus tomada por negros nas suas mais diversas atividades como carregando baldes de lixo e descarregando os navios. (p.26) O livro “Historical guide to an African Lisbon” de Isabel Castro Henriques (2021) mostra-nos os locais mais importantes da presença africana na capital portuguesa. Em outro livro da mesma autora, “Pretos do Sado” (2020) é investigada a presença de negros instalados no Baixo Alentejo ao longo dos séculos.

Essas pesquisas têm fundamental importância pois tratam de uma reflexão necessária para a superação do racismo estrutural em Portugal, bem como nos países colonizados por ele. Essa dissertação visa também cumprir com as recomendações de órgãos supranacionais em relatórios feitos em Portugal, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização (ODS) das Nações Unidas e contribuir para visibilizar a Década Internacional dos Afrodescendentes (2015-2024). Países e comunidades que sofreram graves violações de direitos humanos enfrentam imensos desafios para alcançar o desenvolvimento sustentável. Ao lidar com essas violações e suas consequências, a justiça de transição pode ajudar a promover o desenvolvimento de uma sociedade, tornando-a mais pacífica, inclusiva e equitativa.<sup>10</sup>

O motivo da escolha desse tema está profundamente relacionado com meu percurso de vida. Durante a maior parte da minha vida cresci e vivi no Rio de Janeiro. Esta cidade abrigou o maior porto de desembarque de pessoas escravizadas do mundo, o Cais do Valongo<sup>11</sup>. O

---

organizações negras dos Estados Unidos, Caribe e América Latina passam a promover pedidos de reparações financeiras, materiais e simbólicas pela escravidão.

<sup>9</sup> Disse Ana Lúcia Araújo em entrevista a José Monteiro e Miguel Jerónimo à edição especial da revista nº49 Visão “Nos tempos da escravatura” 2018

<sup>10</sup> ICTJ <https://www.ictj.org/sustainable-development-goals> - Sustainable Development Goals - Acessado em Out. 2022

<sup>11</sup> Patrimônio Histórico da Humanidade pela UNESCO desde 2017. O Cais do Valongo e Imperatriz eram a principal porta de entrada dos negros vindos de Angola, da África Oriental e Centro-Occidental - enquanto no Maranhão e na Bahia chegavam navios vindos da Guiné e da África Occidental, respetivamente.

Brasil foi um dos últimos países a utilizar a mão de obra escrava e a forma como foi levada a cabo o processo de abolição levou a processos de desigualdade que continuam a existir nos dias atuais.

Em 2013, participei das manifestações da Jornadas de Junho. Manifestantes trajados de preto carregavam a placa “Preto não é luto, é luta”, uma frase carregada de significados. Nesse contexto eu conheci a Rosanna Wiseman, antropóloga de origem brasileira, boliviana e britânica que estava escrevendo uma etnografia sobre as manifestações. Fui um dos seus principais informantes da sua dissertação “‘The United People’? The June social movement in Rio de Janeiro, Brazil and the notions of belonging” (2013) que conta a nossa história nessa época. Considero a Rosanna uma peça fundamental na minha escolha de fazer o mestrado em Antropologia e uma grande inspiração.

Também fui voluntário da Organização não-governamental Walk Free durante dois anos, uma associação que luta contra o trabalho escravo e da Casa Latino Americana em Curitiba em 2015. Participei da elaboração e execução do curso de empoderamento aos refugiados haitianos. Nessa época, em Curitiba, havia vários relatos de refugiados de situações análogas a escravidão – categorizadas como escravidão moderna. O curso foi financiado pelo Ministério Público do Trabalho do estado do Paraná através de coimas pagas por infratores.

Fui para Portugal em 2016 e chegando em Lisboa fui voluntário por um ano da Casa do Brasil de Lisboa (CBL) além do ReFood. Depois de ter sido apresentado o livro “Imigração e racismo em Portugal: O lugar do outro” (2012) pelo Professor Nuno Domingos decidi que queria escrever sobre afrodescendentes em Portugal.

Algo que também me marcou foi o fato de que durante os meus primeiros anos em Lisboa morei em um apartamento localizado na Travessa do Poço dos Negros e me chamava atenção a toponímia e dinâmicas da região da Madragoa. Deduzi pelos nomes que havia ali algo relacionado com a escravidão e presença de afrodescendentes, apesar das diversas versões históricas que permeiam esses espaços e não haver um consenso<sup>12</sup>. Reparei também que em Lisboa haviam espaços tão segregados quanto no Brasil e que os portugueses preferiam negar o racismo e desvalorizar aqueles que lutam. Que mulheres negras experienciavam pouca ou nenhuma mobilidade social. O que me levou a querer participar de ainda mais eventos, movimentos sociais e discussões com a temática antirracista.

---

<sup>12</sup> Segundo Henriques (2021) existem duas versões sobre o nome da rua, uma de que o Rei Manuel I ordenou que em 1515 fosse construído ali um poço de água para monges e clérigos (que trajavam preto). A segunda é de havia sido ordenado que ali fossem jogados corpos nus de escravos para que os cães pudessem se alimentar e evitar o cheiro pútrido.



Todas essas inquietações me levaram a escrever sobre o tema das reparações históricas às vítimas da escravidão e reúno aqui as minhas descobertas. Essa dissertação visa contribuir para o debate que tem levantado a DJASS e outras pessoas e organizações que buscam desvendar uma história não dita, silenciada e em construção sobre Portugal.

### **a. Objetivo**

Objetivo geral: Identificar e refletir a respeito das ações de reparação histórica por parte de Portugal às vítimas do processo de escravidão. Buscar entender o que dificulta esse processo e as demandas dos movimentos sociais antirracistas em Portugal. Contribuir com a produção de conhecimento científico para a Década Internacional dos Afrodescendentes e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas.

Objetivo específico: Refletir sobre a ação de reparação a partir do projeto do memorial no Campo da Cebolas em Lisboa.

### **b. Metodologia**

Através de levantamento bibliográfico e documental, bem como incursões do campo com entrevistas e questionários. Participação de eventos da associação DJASS e entrevistas com pessoas envolvidas direta ou indiretamente com o memorial além de Podcasts, participação de colóquios, reportagens, encontros associativos, publicações, debates e manifestações políticas.

Infelizmente, devido a pandemia, a data de inauguração do Memorial de homenagem as pessoas escravizadas que estava prevista para o final de 2021 foi postergada por diversas vezes. A situação veio a se agravar com a eleição do novo prefeito de Lisboa Carlos Moedas, levando a uma reestruturação política completa dentro da Câmara. Assim sendo, até o momento a DJASS não tem previsão de quando o monumento será inaugurado.

Foi elaborado um guião com perguntas semiabertas e semiestruturadas com os principais temas que rondam a temática da memória e reparações históricas. Os entrevistados foram: Alana Castro Azevedo (Vrije Universiteit Amsterdam, membro da UNESCO Slave route), Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Stela Cunha (ENAR/Associação Kazumba), Evalina Gomes Dias (Diretora da DJASS), Beatriz Gomes Dias (Ex-deputada e fundadora da associação), Prof.

Miguel Vale de Almeida (ISCTE), Di Cândido (Artivista), Antônio Tonga (Ativista do coletivo Consciência Negra), Rodrigo Saturnino – ROD (Artivista), entre outros.<sup>13</sup>

Quando iniciei essa investigação, não havia possibilidade do trabalho de campo ser feito pessoalmente devido as restrições e medidas impostas para o combate ao COVID por isso foquei na recolha documental. Ao longo do tempo, e até por uma questão de praticidade e disponibilidade dos meus participantes algumas entrevistas foram feitas por Zoom e WhatsApp, principalmente na primeira metade de 2022. As incursões etnográficas passaram a se dar de forma presencial somente a partir do segundo semestre de 2022, como na ocasião do evento da DJASS Arte, 6º Aniversário da DJASS, na manifestação “Entraram vivos, saíram mortos” organizado pelo Consciência Negra e na conferência “Descentrar o império”.

Inspirado nas ideias do renomado antropólogo britânico Daniel Miller, professor do University College London e autor do livro "How the world changed social media. Why we post" (2016), e também um dos maiores especialistas em antropologia online, busquei compreender a temática da etnografia virtual. Recentemente, Miller publicou um vídeo em seu canal intitulado "Como conduzir uma etnografia durante o isolamento social" (Miller, 2020), no qual destaca que, assim como na etnografia off-line, na etnografia online é preciso desenvolver amizades e relacionamentos, buscando demonstrar abertura e transparência sobre a natureza desse envolvimento. Conforme ressaltado por Balsa e Bazzo (2020), essa perspectiva do antropólogo britânico reforça a ideia de que as dinâmicas sociais na internet não diferem drasticamente das que ocorrem no mundo físico.

A maior parte do trabalho de campo foi portanto realizada de forma online entre Abril e Junho de 2022, e presencialmente entre Agosto e Outubro. Minha expectativa é de com essa investigação o leitor que não esteja familiarizado com essas temáticas possa ter um apanhado das discussões que giram em torno da história da presença negra em Portugal, colonialismo, escravidão e as demandas de reparação histórica a partir da perspectiva dos movimentos antirracistas em Portugal.

Foram também realizadas participações em conferências como “ReMapping Memories Lisboa – Hamburg: Lugares de Memória” do Goethe Institut, “Descentrar o império, Reparar o futuro” na Culturgest, “Pós-Amnésia – Rotas e Toponímia”, do Instituto (Porto), “Seminário Racismo em Portugal” do CRIA, exposição “Mau encontro” do Emiliano Dantas no Museu Aljube e Liberdade e “Interferências” MAAT.

---

<sup>13</sup> Foram realizadas entrevistas nas seguinte ordem: Alana 06/03, Di Cândido 04/04, Evalina 21/05, Miguel Vale de Almeida 23/05, Ana Stela Cunha 16/05, Rodrigo Saturnino 22/07, Noé João 16/07, Beatriz Gomes Dias 22/10.



## Escravidão, colonialismo e racismo

### 1.1. Tráfico transatlântico e escravidão

A escravidão ocorreu em vários momentos da história da humanidade, mas foi com a invenção do tráfico de escravos moderno praticado pelos europeus no continente africano que a prática tomou proporções nunca antes vistas (Henrique, 2019). Os termos escravo e escravidão são relativamente recentes. Escravo vem da palavra latina *slavus*, e só aparece no século XVI. A escravidão na África antes da chegada dos europeus tinha outros contornos. As formas africanas de escravidão implicavam a integração nas estruturas familiares. O escravo também tinha formas jurídicas socialmente aceitas, para mudar de dono se quisesse, por exemplo. Segundo informações esparsas, algumas das condições que permitem a escravidão dos homens (na África) eram: hereditariedade, dívida, compra e venda, guerra e “feitiçaria” (Henriques, 2019). Nenhuma língua africana conhecia, antes da chegada dos europeus, a palavra escravo e menos ainda escravidão. Além disso, o escravo africano na África não era repellido pela sociedade, tinha mecanismos de proteção, era visto como membro do grupo. A função comercial do escravo não se limitava apenas à condição de mercadoria. Como muitas vezes desempenhava as mesmas funções de seu mestre, tinha funções econômicas essenciais na sociedade, podendo até desenvolver funções políticas. (Henriques, 2019).

“A escravidão atlântica que emergiu com a colonização europeia das Américas inaugura um sistema novo de desumanização do escravizado, diferente do que tinha existido em Roma e na Grécia antigas ou do que já existia em sociedades africanas”<sup>14</sup>

Outro aspecto importante da escravidão moderna europeia em grande escala e que precisa ser levado em consideração é que ela causou danos histórico-culturais incalculáveis às sociedades africanas, bem como a perpetuação da pobreza ao longo de gerações entre os indivíduos racializados. Na época em que ocorreu a abolição da escravatura, os traficantes de escravos foram recompensados por sua perda; no entanto, os escravos não recebiam indenização e ainda hoje pouco ou quase nada tem sido feito para reparar as vítimas da escravidão (Araujo, 2017). Pode-se dizer que a riqueza e o conforto existentes na Europa hoje estão intrinsecamente ligados a este passado de roubo e exploração, que foi substituído por um

---

<sup>14</sup> Disse Ana Lucia Araujo em entrevista a revista Visão história Ed. 2018 ao M. Bandeira Jeronimo e José Monteiro.

estado de amnésia (Almeida, 2018) que serve de mecanismo psicológico para se isentar de culpa e responsabilidade na reparação ou reversão do dano causado. Afinal, reconhecer tais atrocidades daria abertura para um eventual pedido de reparação.

Eric Williams, historiador e ex-primeiro-ministro de Trinidad e Tobago, em seu livro “Capitalism & Slavery” (1944), traça em seu livro como os traficantes de escravos ingleses e franceses enriqueceram com o trabalho escravo no capitalismo nascente, transformando-os em banqueiros e industriais.

Em relação a Portugal, os historiadores José Capela em “as burguesias portuguesas e a abolição do tráfico da escravatura, 1810-1842” e Luiz Felipe de Alencastro em “O trato dos viventes: Formação do Brasil no Atlântico sul, séculos XVI e XVIII” (*ibidem* – Henriques, 2018) mostram como o país se beneficiou do tráfico de seres humanos. No entanto, essa ligação de Portugal com a escravidão foi desde muito tempo negada ou minimizada, como no primeiro discurso de Alexandre Herculano em 1840:

*"Porque se accusa o povo portuguez de ser traficante d'escravos, quando apenas vinte, trinta, ou quarenta navios andam n'esse detestavel trafico de carne humana e de servidão; quando esses mesmos vinte, trinta, ou quarenta navios são tripulados por gente de diversas Nações? (muitos apoiados)  
Portugal conta tres milhões d'habitantes; talvez dois milhões d'elles nunca vissem um preto da Costa d' Africa.  
Como, pois, se ousa entornar a ignominia de cem ou duzentos homens sobre trez milhões de individuos? (numerosos apoiados)." (Cordeiro, 1886, p. 31 *ibidem*)*

Os primeiros chegada de escravos documentada foi em 1482 na cidade de Lagos no Algarve<sup>15</sup> (Arenas, 2022 p.239). Segundo Didier Lahon, o número aproximado de africanos escravos introduzidos por Portugal entre meados de Quatrocentos e 1761 seria de 400.000 homens, mulheres e crianças; ou seja, metade do número de escravos que entraram na Península Ibérica eram destinados a Portugal. (2004, p. 73). Número considerado significativo considerando que especialistas apontam que entraram 650.000 cativos no sul dos Estados Unidos. (p.74)<sup>16</sup>

## **Portugal e o trabalho forçado nas colônias: Novos *Brasis* na África**

---

<sup>15</sup> Segundo relato de Zurara nos capítulos 24–25 em Crónica do Descobrimento e Conquista da Guiné, de 1448

<sup>16</sup> Atualmente, no que se refere ao contexto europeu, há em vigor o Mecanismo de Combate ao Tráfico de Seres Humanos e Ação de Combate à Violações no âmbito do Conselho da Europa. O texto da resolução surge no âmbito de combater violações relativas ao tráfico de seres humanos e trabalhos análogos a escravidão e o documento oficial propõe reparações e julgamentos às vítimas.

Portugal foi um dos primeiros países do mundo a proibir a importação de escravos em território nacional, fato ocorrido no ano de 1761<sup>17</sup>, por decreto do Marquês de Pombal, mas também foi um dos últimos a abandonar o uso do trabalho forçado. Isso quer dizer que a simples eliminação do termo não significou a interrupção das transações comerciais, de venda de seres humanos ou exploração de trabalho forçado nas colônias<sup>18</sup>. A escravidão seria enfim abolida em território nacional apenas em 1876<sup>19</sup> (Tinhorão, 1997)

Isso quer dizer que por meio de recursos jurídico-filosóficos, criou-se uma forma de dar continuidade à exploração do trabalho indígena sem categorizá-lo como escravo. É o que ilustra o livro do professor da Universidade de Coimbra Miguel Bandeira Jerónimo (2015) “A ‘missão civilizadora’ do colonialismo português, 1870-1930”, em que o sociólogo mostra que nessa época houve grande intensificação do empreendimento de recrutar, empregar e organizar a força de trabalho nativa da colônia. Isso promoveria Portugal como importante especialista colonial da época, instrumento que permitia às populações nativas ingressar no que o autor chama de “guilda da civilização”, como importante conhecedor colonial da época.

Em outro livro do mesmo historiador português (2010) é explicado com mais detalhes a constituição da doutrina civilizatória de Portugal. Jerónimo chama atenção para a retórica de uma doutrina institucionalizada de missão civilizadora “era mais um preceito do que uma prática, mais uma conveniência do que uma política, realidade que perdurou até ao fim da empreitada imperial”. Essa doutrina se intensificou após a separação do Brasil de Portugal e a decisão de Portugal de criar novos Brasis na África. Tais fatos são também desenvolvidos pelo pesquisador da Universidade do Minho José Monteiro em “Portugal e a Questão do Trabalho Forçado - Um Império Sob Escrutínio (1944-1962)” (2018) onde o autor recupera a história do trabalho forçado nas ex-colônias.

Com a enorme necessidade de mão de obra para construir esse Novo Brasil imaginado a partir da expansão agrícola, a retórica da civilização foi fundamental no processo de manutenção e legitimação principalmente no plano internacional perante outros países. Esse novo modelo de regime, chamado de Indigenato (Harris, 1958) preservou várias características comuns à escravidão, ao mesmo tempo em que utilizou a retórica abolicionista para ampliar o aparato de administração colonial em através do trabalho forçado. Em suma, a retórica de trazer

---

<sup>17</sup> A lei é incorretamente chamada de abolição do comercio de escravos (1761) é na verdade uma lei de proibição de importação de escravos, por ser condicionado por regras inclusas que limitam sua liberdade (Lei do Ventre Livre, de 1773) – Henriques, 2020

<sup>18</sup> Marques de Pombal proibiu a importação de escravos não por razões humanitárias, mas a fim de redirecioná-los as minas de ouro do Brasil e para evitar concorrência com a mão-de-obra livre e para modernizar a economia portuguesa. (Arenas, 2022, p.239)

<sup>19</sup> Tinhorão, José Ramos, Os negros em Portugal, Lisboa, Caminho, 1988 p.374

"civilização" para a África "selvagem" foi o grande pano de fundo dessa empreitada, que teve como objetivo a acumulação primitiva de capitais através de recursos humanos, materiais e culturais.

## 1.2. Raça e racismo

Os desdobramentos das questões que envolvem reparações históricas às vítimas do Comércio Negro Atlântico estão intrinsecamente ligados não apenas à escravidão e ao colonialismo, mas também aos conceitos de raça e racismo que perduram até hoje em nossa sociedade de forma estrutural.

Segundo publicação do *Ethnic and Racial Studies Journal* “Understanding the contemporary race–migration nexus” (Erel et al. 2016) O reconhecimento de que o racismo é estrutural nas sociedades europeias é necessário para que se possa abordar como os regimes de migração da Europa que se articulam e são articulados pela racialização e colonialidade. Existe na Europa a tradição republicana francesa em focar na etnicidade mais que em raça ou abolir o termo como conceito analítico.

O professor Silvio Almeida, da Duke University, ilustra isso em seu livro "Racismo estrutural" (2018) onde explica que a noção de raça era no tempo colonial “distinção filosófico-antropológica entre civilizado e selvagem, onde os europeus constituíam ferramentas de comparação e classificação iluministas que abriram as portas para a construção do europeu como um homem universal”. Esse pensamento é reforçado por Achille Mbembe (*ibidem* Almeida, 2018), pensador importante para a discussão dessa temática, que afirma que o colonialismo foi a ferramenta que visava inscrever o colonizado na modernidade e raça foi uma das principais invenções da modernidade. Pela primeira vez, a cor da pele se tornou um critério e justificativa, alimentando visões evolucionistas, como o darwinismo social, e religiosas, ligadas a um pano de fundo econômico e racista que forneceram as bases para o tráfico negreiro e a escravidão.

O racismo, pela lei, é uma prática discriminatória associada ao preconceito étnico. Segundo o Relatório sobre Racismo, Xenofobia e Discriminação Étnico-racial em Portugal produzido em 2019 pela Assembleia da República:

“O Racismo é um fenómeno de discriminação social, baseado no princípio de que há várias raças humanas, assente numa hierarquização com base em características físicas como a cor da pele ou outras características étnico-raciais, sem quaisquer fundamentos científicos de suporte.” (2019)

O racismo, de acordo com estudo da Universidade de Harvard, tem sérios efeitos na saúde das pessoas, inclusive de crianças<sup>20</sup> negras que tem seu desenvolvimento físico e mental prejudicados na medida em que altos níveis de estresse contínuo podem desencadear doenças crônicas ao longo da vida.

Não apenas em Portugal como também em outros países do mundo o antirracismo tornou-se tema incontornável na última década. Surgiram movimentos como o Rhodes Must Fall<sup>21</sup> e Black Lives Matter (BLM). Os protestos do BLM ganharam muita força com o brutal assassinato de George Floyd<sup>22</sup> e as manifestações chegaram a mais de cinquenta estados americanos.

Em Portugal, o movimento BLM teve seu maior protesto em Junho de 2020, onde milhares de pessoas marcharam na Avenida Almirante Reis em apoio ao George Floyd, mas também por Cláudia Simões, uma mulher negra espancada por autoridades policiais por supostamente ter esquecido o título de transporte em Janeiro de 2020 e por Luís Giovanni (Gomes, 2020) assassinado em Bragança em 31 de Dezembro de 2019 por motivações racistas entre outros casos de racismo que tomaram proporções midiáticas em Portugal.

Além dessa manifestação, antes disso tiveram outras como em Janeiro de 2019 na Avenida da Liberdade uma marcha contra a brutalidade policial no bairro da Jamaica no Seixal (Henriques, 2019). Um outro protesto pacífico organizado através das redes sociais em frente ao Ministério da Administração Interna (MAI), na Praça do Comércio, em Lisboa, dizia em placas "basta" à violência policial e "abaixo o racismo" (Lusa, 2019). A resposta da Polícia de Segurança Pública (PSP) ao serem atiradas pedras culminou na utilização de balas de borracha contra os manifestantes (Lusa, 2019), antes de serem usados outros recursos como bombas de gás e spray de pimenta, indicando um possível exercício de abuso de poder e deixando em evidência o mote do ato.

A Assembleia Geral das Nações Unidas (através da Resolução 68/237, de 23 de Dezembro de 2013) declarou que Década Internacional de Afrodescendentes seria entre 2015-2024. Com isso, a discussão de pautas antirracistas no âmbito das associações e movimentos sociais em Portugal aumentou, como, por exemplo, a luta contra a violência policial, e também

---

<sup>20</sup> <https://developingchild.harvard.edu/resources/racism-and-ecd/> - How Racism Can Affect Child Development – Acessado em Out. 2022

<sup>22</sup> George Floyd foi um afro-americano de 46 anos que morreu dia 25 de maio de 2020, em Minneapolis, depois de um agente de polícia o ter asfixiado numa operação de detenção apesar de Floyd ter dito reiteradamente que não conseguia respirar.



temas de interesse exclusivamente nacional como a Lei da nacionalidade ou o debate do censo étnico racial. Em Maio de 2011 o Comitê das Nações Unidas para a Eliminação da Discriminação Racial (CERD, em inglês) já havia concluído em relatório feito em visita à Portugal que existe uma forma de “racismo sutil”. Também o European Network Against Racism (ENAR), uma rede pan-europeia de advocacia pela igualdade racial notou a falta de avanço em todas as questões que envolvem o racismo e afirmam que pouco ou nada tem sido feito no sentido de combater essas desigualdades. (2022)

Essa transformação do tema dos debates no país acabou colocando no centro das discussões questões que são muito evitadas. Isso devido a uma falsa apreensão de que não há racismo em Portugal, e que os portugueses foram bons colonizadores. Essa higienização da história faz parte do excepcionalismo português, ideia trazida por Gilberto Freire na obra “Casa grande e Senzala” e também perpetuada através dos manuais escolares. O racismo se concretiza através de marcadores sociais, como por exemplo em termos de salário, habitação (Alves, 2021), emprego e educação (Roldão, 2015, Seabra et al. 2016, Raposo et al., 2019)

Ao mesmo tempo, também é possível observar mudanças positivas como a eleição de três deputadas negras no parlamento, algo nunca antes visto. “Fez-se história: Parlamento terá três deputadas negras” anunciou o Jornal Público (Henriques, 2019) Joacine Katar Moreira (sem partido), na época eleita como cabeça de lista do Livre, Beatriz Gomes Dias, número três do BE, e Romualda Fernandes, pelo PS. Em 2015 também já tinha sido nomeada Francisca Van Dunem como a primeira ministra da Justiça negra de Portugal e atualmente é ministra da administração interna. As notícias demonstram algum avanço na pauta da representatividade<sup>23</sup>, principalmente no que se refere ao racismo institucional<sup>24</sup> em Portugal. A ocupação de espaços de tomada de decisão por portugueses afrodescendentes é uma demanda dos movimentos sociais e mecanismos de monitorização supranacionais como sendo algo importante para a superação do racismo no país.

Os peritos do Comitê das Nações Unidas para a Eliminação da Discriminação Racial declararam em relatório que Portugal têm uma metodologia de ensino que se aproxima mais do assimilacionismo, ao invés do multiculturalismo, e que passa a ideia (em sala de aula) de que o racismo não é um problema em Portugal. Nos livros escolares há imagens estereotipadas de

---

<sup>23</sup> Almeida (2018) p.38 diz que a supremacia branca no controle institucional é um problema.

<sup>24</sup> Segundo Almeida, 2018, “As instituições são racistas porque o Estado é racista” (p.36). O Racismo institucional é menos evidente, muito mais sutil e menos identificável e se origina na operação de forças estabelecidas e respeitadas na sociedade. (p.32-33)

ciganos e afrodescendentes (Henriques, 2012). O fato das escolas proporcionarem um ensino com versão inexata sobre o passado colonial e não estimularem as crianças a terem um olhar crítico sobre a histórica a combaterem ativamente as bases epistemológicas do racismo perpetua o racismo estrutural da sociedade. Tais questões a respeito dos currículos escolares são profundamente analisados e desenvolvidos no trabalho da Silvia Maeso e Marta Araújo. (2012)

O assimilacionismo português já tinha sido identificado em uma investigação feita por Marvin Harris (1958) em Moçambique nos anos 1950. Ela parte da doutrina jurídico-filosófica de que os africanos são culturalmente, linguisticamente, moralmente e intelectualmente despreparados para o exercício da cidadania portuguesa. Sendo, a assimilação, através do domínio da língua e adoção de costumes dos portugueses, a única via que converteria o status deste indivíduo.

### **1.3. Presença Negra em Lisboa**

Apesar de não ser tão óbvio, Lisboa é historicamente uma cidade negra. Em cidades junto ao mar como Lisboa e Algarve, a porcentagem de africanos chegou a 10% no período quinhentista. No interior de Portugal esse número oscilava entre 5 e 6%. (Henriques, 2020, p.62) Registros históricos mostram que durante séculos, a margem do Tejo, incluindo o Campo das Cebolas, local onde se implantará o memorial de homenagem as pessoas escravizadas pela DJASS (largo José Saramago), que foi um grande palco de transações comerciais envolvendo a vida dos seres humanos<sup>25</sup>. O porto de Lisboa era um importante ponto de conexão entre a Europa e o Oceano Atlântico, uma localização estratégica que já havia sido percebida pelos romanos já por volta de 195 a.c. (Henriques, 2021 p. 3). Relatos da época, como o de um viajante anônimo italiano afirma ter visto “escravos em tão grande numero que as cidades parecem jogos de xadrez, tanto os brancos como os negros” ou o relato do humanista Nicolau Clenardo que viveu entre 1533 e 1538 em Portugal que disse “os escravos que pululam por toda a parte (...) Portugal é abarrotado com essa raça de gente” (ibidem Henriques, 2020)

Lisboa já foi ocupada por árabes, berberes, mouros e visigodos, e com a conquista do território em 1256, foi estabelecida como a capital de Portugal. A vocação da cidade e a abertura ao Oceano Atlântico foi explorada, tornando a cidade ainda mais multicultural. Toda essa riqueza possibilitou a construção de edifícios presentes na cidade até hoje, como o Aqueduto

---

<sup>25</sup> The book “Historical guide to an African Lisbon” (2021) by Isabel Castro Henriques and Batoto Yetu show the most important sites of African presence in the Portuguese capital.

das Águas Novas<sup>26</sup>, patrimônio construído com a mão de obra escrava (p.5) que permitiu a distribuição de água fresca por toda Lisboa por muitos séculos.

Entre os séculos XVI até os dias atuais, sempre houve um constante e crescente fluxo de migração de populações africanas que foram gradualmente se estabelecendo na cidade de Lisboa. Antes do século XVIII a maioria deles eram trazidos a força, e do século XIX até 1974 eles eram trazidos “através da força” do colonialismo e nos dias atuais pela migração laboral da globalização contemporânea. (Henriques, 2021 p. 7) .

No período do Estado Novo, entre 1933 e 1974 foi realizada a reorganização da cidade de modo a celebrar uma Lisboa monumental, tomada por ideias nacionalistas de um Estado colonial e totalitário (p. 6). Em 1940, ocorreu a Exposição do Mundo Português, que mostrava como o colonialismo português era generoso e justo frente a selvageria dos povos colonizados, justificando sua “missão colonizadora”. Nessa ocasião foi construído o Padrão dos Descobrimentos, para celebrar grandes navegadores da história de Portugal.

Com a revolução dos Cravos de 25 de Abril de 74 o país abriu as portas a modernização, permitindo novas formas de reabilitação e melhoria da cidade e de seu patrimônio cultural, mas os novos imigrantes africanos continuaram a viver em bairros degradados da periferia de Lisboa e a sofrer com o preconceito enraizado na sociedade por séculos e através das marcas da guerra colonial. (*ibidem*, 7)

A zona onde será erigido o monumento - Ribeira das Naus e Campo das Cebolas foram locais onde a prática da escravatura ocorreu de forma mais intensa na cidade de Lisboa. Segundo os historiadores portugueses Ângela Xavier e José Ramos Tinhorão, toda a zona ribeirinha, entre o Cais do Sodré e o Campo das Cebolas, eram zonas de chegada de escravos a Portugal.

Sempre houve, portanto, a presença de negros em Lisboa, mas o preconceito associado a cor da pele e os papéis que eram desempenhados por essas populações não tinham o prestígio necessário para serem lembrados na história.

Recentemente, a historiadora Isabel Castro Henriques desvendou no livro “Pretos do Sado”<sup>27</sup> 2020 a história de homens e mulheres de pele escura, que seriam descendentes de africanos escravos e livres instalados a séculos na região do Vale do Sado. Uma história sobre os afrodescendentes que trabalhavam na agricultura do Baixo Alentejo.

---

<sup>26</sup> O aqueduto foi uma das poucas obras que sobreviveram ao terremoto de 1755. Seco desde 1973, o aqueduto voltará a ser utilizado no primeiro semestre de 2023 para a reutilização de águas residuais.

<https://www.nit.pt/fora-de-casa/na-cidade/seco-ha-50-anos-o-aqueduto-de-lisboa-vai-ser-reativado-a-agua-vai-voltar-a-circular> Acessado em Nov. 2022

<sup>27</sup> Periodicamente tem sido realizadas visitas guiadas pela associação Batoto Yetu às regiões do Vale do Sado

#### **1.4. Luso-tropicalismo português**

De acordo com a pesquisadora da Universidade de Lisboa, Sanches (2011), as feridas deixadas pela colonização portuguesa permanecem abertas e a discriminação racial ainda é uma realidade em Portugal. Em seu livro, a autora aponta que há um consenso em torno dos "brandos costumes" luso-tropicalistas e uma relutância em falar sobre "raça", na tentativa de evitar o racismo. Para Sanches, olhar para o passado é fundamental para uma reflexão mais profunda sobre a identidade nacional e o que se espera do futuro. (p.11)

O fenômeno do mito da democracia racial, em que as pessoas afirmam que os portugueses não veem raças, ou *colorblindness* foi introduzido por Gilberto Freyre em seu livro lançado em 1933 "Casa Grande e Senzala" e adotado pelo Estado Novo. Gilberto Freyre dissecou que nos territórios ocupados por Portugal havia uma relativa ausência de antagonismo racial e que isso decorre de uma característica distintiva do colonialismo português. (1933). Este mito da democracia racial ainda está enraizado na sociedade portuguesa em geral e nos manuais escolares, o que dificulta muito o debate sobre questões de racismo. Na obra "o mundo que o português criou" (1940) outra obra de Gilberto Freyre, também é discutido o mito da harmonia entre o colonizador português e povos colonizados.

Segundo Joana Gorjão Henriques em sua obra (2018), há um pacto de silêncio violento em Portugal, onde a existência do racismo estrutural e institucional é negada e se acredita que o racismo só ocorre em outros lugares. Henriques argumenta que essa postura gera desigualdades e vantagens para aqueles que têm a pele branca. Essa visão é corroborada por Marvin Harris (1958), que em sua expedição a Moçambique, observou que os portugueses viam os colonizadores ingleses como racistas devido ao apartheid, mas não a si próprios, apesar das práticas racistas nos territórios colonizados.

#### **1.5. A legislação e a sua falta de consequência**

No que diz respeito à legislação, Portugal possui mecanismos para a ação jurídica face a manifestações de racismo e discriminação racial. A Constituição da República Portuguesa, no seu artigo 26º, consagra a proteção contra todas as formas de discriminação baseadas na "raça", na "etnia" e na religião; e o artigo 46º proíbe formalmente a existência de organizações de cariz

“fascista”<sup>28</sup>. O Código Penal, por seu turno, prevê no artigo 240<sup>o</sup><sup>29</sup> o crime de discriminação racial e religiosa. Em 1999 foi aprovada a lei que sanciona especificamente as discriminações de caráter racista. Nesse contexto, foi criada a Comissão para Igualdade e contra a Discriminação Racial. (CICDR) (Marques 2007). Portugal ratificou em 2017 o protocolo nº 12 da Convenção Europeia dos Direitos do Homem (CEDH) que prevê uma proibição global da discriminação.

Podemos dizer que, nos dias de hoje, a luta e defesa dos direitos e interesses da população contra o racismo tem sido levada por três frentes bastante distintas, mas articuladas: a) as instituições estatais, representadas pelo Alto Comissariado para as Migrações (ACM) a Comissão para a Igualdade e contra a Discriminação Racial e representantes do governo português junto ao Observatório Europeu contra o Racismo e a Xenofobia (EUMC), b) as organizações não-governamentais (representadas por Associações antirracistas e/ou de imigrantes como a SOS Racismo, Solidariedade Imigrante, INMUNE Instituto da Mulher Negra em Portugal, DJASS - Associação de Afrodescendentes, entre outras) e as Associações de bairro, de entidades que são chamadas de Associações locais ou de afirmação étnico-racial, e que seriam mais bem um desdobramento em escala menor e mais pulverizada. (Marques 2007) como, por exemplo, o Consciência Negra, Plataforma Gueto e Femafro.

Todos esses mecanismos jurídicos, no entanto, de acordo com o projeto de investigação *COMBAT — O combate ao racismo em Portugal: uma análise de políticas públicas e legislação antidiscriminação*<sup>30</sup>, do Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra, liderado pela investigadora Silvia Rodríguez Maeso, revelou que há impunidade e negligência na investigação dos indícios de racismo pelas inspeções competentes e falta de proteção das vítimas que prestam queixas. Isso porque, em 10 anos, houve apenas sete condenações por racismo. Do total de 878 queixas, 80% foram arquivadas (Henriques, 2020).

Para entender melhor o que há por trás da lei contra a discriminação racial, é necessário compreender porque a lei contra discriminação racial tem sua efetividade questionável, além dela não atacar o racismo na raiz estrutural da sociedade, como mero aparato jurídico, para Mónica Catarino Ribeiro e Sara Dias de Oliveira:

“(A lei) tem como objeto prevenir e proibir a discriminação racial sob todas as suas formas, e impedir a violação de qualquer direito econômico, social, ou cultural, em razão da sua pertença em relação à raça, cor, nacionalidade, ou origem étnica, prevê apenas pagamento de coima ou outras sanções acessórias. Sendo então, tanto a lei quando a aplicabilidade um grande vazio legal. É praticamente impossível que um ato

---

<sup>29</sup> Em relatório produzido pela ECRI lamenta-se o fato de que não se mencione motivos de língua e nacionalidade.

<sup>30</sup> Mais informações: <https://combat.ces.uc.pt/> COMBAT: Combating racism in Portugal: an analysis of public policies and anti-discrimination law – Centro de Estudos Sociais de Coimbra. - Acessado em Out. 2022

racista preencha o tipo de ilícito da discriminação racial prevista no Código penal, sendo que na sua maioria também não encontram previsão sobre a Lei contra a Discriminação Racial, uma vez que seu âmbito se limita a direitos económicos, sociais ou culturais, ou seja, o racismo do dia-a-dia, que vitima milhares de pessoas e as fere na sua dignidade, não encontra censura no ordenamento jurídico nacional e não merece tutela penal, o que gera um sentimento de impunidade que beneficia prevaricadores e desalenta vítimas” (2012)

Em entrevista à Radio Afrolis<sup>31</sup>, Mamadou Ba, dirigente associativo da SOS Racismo, explica que a lei partiu da iniciativa da população, sendo resultante de uma petição entregue ao parlamento, e que tem aproximadamente vinte anos. Diz: “Antes não havia nenhum dispositivo para combater o racismo”. De acordo com Mamadou, a lei foi importante, primeiro, pela sua própria existência, segundo, por ter havido algumas condenações ao longo dos últimos anos. Ele relata o caso do ex-presidente da junta da freguesia de Benfica, que foi condenado por tratar suas empregadas angolanas, afrodescendentes, por ‘macacas’(sic). “A lei precisa ser mais dissuasiva e mais punidora” e complementa: “Não há, de forma clara, o que é um crime racista, ou seja, onde termina uma brincadeira e começa a ofensa em si. Os únicos casos em que houve condenação foram aqueles que tiveram muita mobilização por parte dos movimentos sociais”. Mamadou prossegue e diz que hoje quando se vê a arquitetura administrativa, nomeadamente a existência de Centros Locais de Apoio à Integração de Imigrantes (CLAIMs) “(...) uma das determinações da lei era que houvesse mecanismos para prática e sustentação da lei. A lei não é eficaz por conta da contraordenação e também porque ao longo do tempo passou a ser muito inoperante pois não havia o aporte das pessoas que são vítimas.” diz em entrevista ao podcast Afrolis em 2016. José Leitão, antigo Alto-Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas, diz: “A legislação portuguesa é suficiente embora seja aperfeiçoável do ponto de vista técnico”(Marques, 2007 p. 474)

Existe, portanto, uma quase ausência completa de condenação por parte dos órgãos receptores de denúncias, nomeadamente o Alto Comissariado pelas Migrações (ACM) e o Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial (CICDR). Isso ocorre, pois existe dentro do sistema político-filosófico português no seu funcionamento natural um racismo institucional que dificulta e exclui o acesso de pessoas afrodescendentes na sociedade seja a nível político, social como económico, de forma estrutural.

Também vale mencionar que quando se fala do tratamento de pessoas de ascendência africana, o Governo Português refere-se à integração de estrangeiros mesmo que sejam nacionais apesar de haverem registros de presença em território nacional desde o século XVI.

---

<sup>31</sup> Rádio Afrolis é uma associação cultural cujo podcast que discute questões relacionadas ao africano e/em Lisboa. A líder da organização e entrevistadora é a escritora Carla Fernandes.

(Henriques, 2020) Isso ocorre pois apesar deste migrante ter nascido e vivido a maior parte da vida em Portugal, e ter contribuído com a Segurança social e outros impostos, o direito a nacionalidade se dá pela prevalência do *jus sanguinis* sobre o *jus solis* apesar das menores restrições ao direito à nacionalidade conquistado pelos movimentos sociais nos últimos anos. Da mesma forma, sem o acesso a autorização de residência essas populações ficam completamente vulneráveis em todas as esferas do convívio social, sobretudo no trabalho, as tornando completamente vulneráveis a abusos e até trabalho com condições análogas a escravidão<sup>32</sup>. Em muitos casos relatados, quando a vítima procura ajuda da polícia por ter sido vítima de algum ilícito, acaba por receber uma carta de expulsão do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, coibindo desta forma denúncias de abusos cometidos contra a pessoa.

Dada todas essas informações a respeito da legislação e sua falta de consequências é possível perceber a dificuldade da população afrodescendente em ativar mecanismos de proteção ao seu favor. Pierre-André Taguieff, um dos filósofos franceses que mais tem refletido sobre a problemática do antirracismo argumenta que “uma legislação antirracista apenas permite sancionar as manifestações do racismo aberto ou declarado. Ela é ineficaz para lutar contra o racismo ambiente difuso, institucional, implícito ou sutil.” (Ibidem Marques 2007; Taguieff, 1999: 414). O resultado disso acaba sendo um baixíssimo nível de denúncias e condenações a quem pratica o racismo em Portugal seja na sua forma mais explícita quanto mais o racismo estrutural.

Uma das faixas mais levantadas pelos movimentos sociais antirracistas em Portugal é de que sem a recolha de dados não é possível ter um panorama em relação a essas populações e criar políticas públicas específicas para esse grupo da sociedade. A necessidade dessa recolha foi inclusive definido pelo relatório da ONU como fundamental para analisar as suas condições de vida e criar medidas para aliviar as disparidades e ultrapassar a discriminação<sup>33</sup> se mostra também como um entrave na melhora de vida dessas populações. Um exemplo de política pública eficaz que poderia ser implementada com a adoção da recolha de dados étnico raciais em Portugal é a política de cotas<sup>34</sup> aplicada no Brasil, bem como em outros países do mundo.

---

<sup>32</sup> Ver também: <https://pt.euronews.com/2021/05/06/investigadas-denuncias-de-escravatura-laboral-em-odemira> Investigadas denúncias de escravatura laboral em Odemira – Acessado em Out. 2022

<sup>33</sup> Statement to the media by the United Nations Working Group of Experts on People of African Descent, on the conclusion of its official visit to Portugal (29 November-6 December, 2021) – 21ª recomendação

<sup>34</sup> O regime de cotas existente no Brasil é uma política afirmativa de reservas de vagas em instituições públicas ou privadas baseadas em Cotas Raciais, Cotas de Gênero Sexual, Cotas Sócio-econômicas. 50% das vagas em instituições federais são destinadas a esses grupos da sociedade. A medida tem como objetivo alcançar maior igualdade social. A medida foi apontada pelo Prof. Miguel Vale de Almeida em relatório da Comissão de assuntos constitucionais, direitos, liberdades e garantias subcomissão para a igualdade e não discriminação da Assembleia da República no Relatório sobre Racismo, Xenofobia e Discriminação Étnico-racial em Portugal de 2019 como uma boa prática. Em Portugal essa medida começa a surgir no cenário nacional ainda de forma muito incipiente

Portugueses afrodescendentes e pessoas de origem imigrante são enxergados pelo Estado português como cidadãos de segunda classe mesmo quando detentores da cidadania portuguesa. Charles Mills (1997) professor da CUNY, autor de “The Racial contract” argumenta que o contrato social que os habitantes de um Estado Nação tem com seus cidadãos é confrontado com o racismo estrutural existente no Estado. A título de exemplo, a violência policial em Portugal ser desproporcionalmente maior a afrodescendentes. O que faz com que, de acordo Mills, cidadãos afrodescendentes sejam considerados pelo Estado como cidadãos de segunda classe.

A professora da Universidade de Yale Fátima El-Tayeb, em “European others. Queering ethnicity in Postnational Europe” (2011) oferece uma perspectiva sobre como são geradas tensões entre “não branco” e “não cristão” e a insistência em uma visão essencialista sobre o que é ser europeu produz novas formas de identidade e ativismo.

Tal fato é demonstrado no artigo “Negro drama. Racismo, segregação e violência policial nas periferias de Lisboa” (Raposo et al., 2019 ), em que é discutido a relação entre processos de racialização e criminalização do território, brutalidade policial e racismo institucional no contexto dos territórios racializados de Lisboa. Os autores do artigo abordam um debate silenciado sobre a brutalidade policial em Portugal em territórios de exclusão, onde uma violência de caráter “extralegal” se faz por meio de um Estado de exceção, o que os autores chamam de “racismo institucional à portuguesa”. (Raposo et al., 2019 p.6)

No livro “Discriminação Indireta”, Wallace Corbo (2017) discute o ponto de vista jurídico da igualdade. Segundo o autor existe um consenso sobre o conceito de igualdade do ponto de vista jurídico a partir da ideia iluminista de igualdade e de que todas pessoas estão na mesma situação, pressupondo uma realidade em que já são todos iguais, ignorando particularidades históricas e sociais. A igualdade não deve ser só formal, segundo Corbo. Acredita-se que as pessoas são todas iguais, a título de exemplo o movimento “All lives matter” em oposição ao “Black Lives Matter”, um conceito que pressupõe uma igualdade que não existe. No plano formal, as leis seriam suficientes. A ideia de discriminação, muito associada a discriminação direta (p. ex. apartheid, teorias evolucionistas, entre outros) é diferente da discriminação indireta, que muitas vezes se apresenta através dos efeitos de uma lei que pressupõe igualdade (2017). Por exemplo: Pessoas com mobilidade reduzida sofrem discriminação indireta quando não há calçadas em condições.

---

através de cotas para Afrodescendentes nos concursos da DGArtes, na bolsa Opre Chevale (para estudantes ciganos).



O número limitado de condenações ao racismo e a ausência de denúncias não significa portanto uma ausência de discriminação racial. A falta de representatividade e interesse na criação de mecanismos efetivos que defendam a população afrodescendente, mais especificamente a falta da recolha de dados raciais que engessa a criação de políticas públicas antirracistas. E sem a recolha desses dados não é possível atacar a fonte do problema, como insistem os líderes associativos – Cynthia de Paula (Casa do Brasil de Lisboa), Mamadou Ba (SOS Racismo), Cristina Roldão<sup>35</sup> (Acadêmica e ativista), Ana Stela Cunha (Acadêmica, ativista e fundadora da Associação Kazumba), Beatriz Gomes Dias (ex-deputada) entre outros. A sociedade civil, sejam eles a população racializada, ciganos portugueses, migrantes ou associações precisam ser ouvidos e serem os principais atores dessa mudança.

### **A Carta-denúncia entregue a ONU pelas associações**

Dividida em várias áreas – educação, justiça, violência policial, condições de vida, trabalho, habitação e saúde, nacionalidade, cidadania, mídia e mulheres negras – a carta enviada à ONU em 2016 através das associações mais relevantes no combate ao racismo em Portugal como a DJASS, o SOS Racismo e o Consciência Negra faz um retrato das dificuldades que têm enfrentado e mostram porque se devem ter políticas específicas para comunidades afrodescendentes.

Em 2011, aconteceu o ano Internacional dos povos Afrodescendentes, que resultou numa investigação que a ONU classificou Portugal como um país onde ocorre um “racismo sutil”, que em Portugal pessoas negras são constantemente perseguidas pela polícia e que só lhes resta a marginalização. No âmbito dessa investigação apontaram o fato de Portugal não fazer recolha de dados a partir de fatores étnico raciais, baseando suas pesquisas apenas na nacionalidade, impossibilitando, assim, a criação de mecanismos de afirmação positiva para redução das desigualdades. Por outro lado, Portugal respondeu que não desenvolve políticas para nenhum grupo racial específico para "garantir a mesma proteção para todos" e por considerar que medidas de discriminação positivas corriam o risco de ter um efeito contrário e estimular "divisões e choques na sociedade que não existem", como informado em comunicado de imprensa.

---

<sup>35</sup> Áudio 198 - Cristina Roldão comenta luta pela inclusão de categorias étnico-raciais no Censos 2021 - Rádio Afrolis Disponível em: <https://on.soundcloud.com/wpWYW>

O fato de estarmos na Década Internacional de Pessoas de Origem Africana (DIPOA)<sup>36</sup> proposto pela ONU teve peso na tomada de decisão em escrever a carta. A DIPOA derivou do chamado Processo de Durban<sup>37</sup>. A Declaração de Durban e Programa de Ação tem como objetivo reconhecer que afrodescendentes foram vítimas de escravidão, do tráfico de escravos e do colonialismo, e continuam sendo vítimas das consequências.

Na carta as associações explicitam que os meios de comunicação social têm um papel preponderante a desempenhar em Portugal, pela sua capacidade de influência junto da opinião pública. No relatório anual de 2005, a Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial, adverte que determinados meios de comunicação, em particular a televisão, transmitem estereótipos e preconceitos racistas. Um exemplo dado é o falso caso do “arrastão”, na praia de Carcavelos. As representações e a representatividade de pessoas negras nos média continuam limitadas ora a imagens que criminalizam, ora a imagens que exotizam as pessoas negras e o continente africano.

A situação escolar dos afrodescendentes negros também é colocada como reveladora da persistência de um imaginário colonialista, flagrante nos manuais escolares (Araújo e Maeso, 2012), e de processos de exclusão e segregativos e racistas. Chama também atenção ao fato de pessoas de origem afrodescendentes estarem três vezes mais em postos de emprego menos qualificados, como limpeza, restauração e construção civil.

No que toca a habitação, chamam atenção ao fato de que há sete vezes mais chances de estarem em alojamentos considerados “rudimentares”<sup>38</sup> e em territórios segregados, designadamente em bairros de realojamento social na periferia dos centros urbanos

Sobre a mulher africana negra, as associações também denunciam a inoperância do Estado Português que nem mesmo com a presença de uma ministra da justiça negra, a Francisca Van Dunem<sup>39</sup>, foi capaz de reverter a condição de marginalidade e subalternidade a qual essas mulheres estão inseridas.

No que tange temas de nacionalidade e cidadania, fazem uma crítica a “morosa, dispendiosa e muitas vezes arbitrária” burocracia que impede que pessoas nascidas em solo português tenham acesso a cidadania. Culpabilizam a lei no 37/1981 de 3 de outubro que privilegia o *jus sanguinis* no lugar do *jus solis* excluindo filhos de imigrantes que estudaram e

---

<sup>36</sup> A Década Internacional de Afrodescendentes foi proclamada pela resolução 68/237 da Assembleia Geral da ONU e será observada entre 2015 e 2024. Mais informações ver em: <http://decada-afro-onu.org/>

<sup>37</sup> Mais informações em: <http://www.un.org/en/durbanreview2009/> - Durban Review Conference 2009

<sup>38</sup> Estão compreendidos, nesta categoria: barraca, alojamento móvel, casa rudimentar de madeira, alojamento improvisado em construção não destinada à habitação e outros locais não destinados à habitação (grutas, vãos de escada, pontes, etc.). Fonte: Instituto Nacional de Estatística

<sup>39</sup> Dunem havia dito que “a maior expressão de preconceito racial consiste na negação deste preconceito”

viveram toda sua vida em Portugal. Segundo as associações signatárias da carta “A concessão de nacionalidade a todos, independentemente da origem dos pais e do seu estatuto legal, é uma questão de direitos, liberdades e garantias, mas também de reconhecimento da diversidade de identidades e culturas que compõem a sociedade portuguesa”. Pode-se afirmar que a morosidade na atribuição da nacionalidade aos cidadãos portugueses descendentes de migrantes dificulta o acesso aos mecanismos de denúncia e justiça por parte das vítimas, uma vez que se sentem acudadas a virem a prestar queixa sendo migrantes, conforme já mencionado mais acima no texto.

Na carta, fala-se também da ausência de medidas estruturais e eficazes de combate à violência policial. Como resultado, o que se observa é o fenômeno *racial profiling*, criminalização da população negra, e permanente estado de exceção em territórios com forte presença de afrodescendentes. Esse estado de exceção perpetua a violação dos direitos, liberdades e garantias fundamentais resguardadas num Estado de Direito. É assim que as taxas de encarceramento de pessoas de nacionalidade dos PALOP são 15 vezes superiores aos de nacionalidade Portuguesa (Roldão, 2015) e há muito sinalizadas. “É assim, também, que se assiste a permanentes agressões, por parte de agentes de segurança, a cidadãos desarmados dos bairros periféricos com forte presença de afrodescendentes negros” dizem na carta. Para ilustrar esse cenário de guerra, eles usam como exemplo os atos de tortura e de ódio racial, como os praticados por agentes policiais na esquadra de Alfragide, contra habitantes do Bairro do Alto da Cova da Moura, no passado dia 5 de fevereiro de 2015. “Desde da década noventa com o assassinato de Alcino Monteiro pela Extrema-direita até hoje, já morreram às mãos da polícia, dezenas de jovens negros sem que nunca tenha acontecido uma única condenação efetiva com pena de prisão” – afirmam. Recordam, na carta, que no quadro jurídico português, o racismo apenas constitui uma contraordenação e que estes e outros acontecimentos vêm corroborar o descrito em vários relatórios internacionais e nacionais como, por exemplo, no Relatório Anual de 2014 da Amnistia Internacional e no Relatório da ONU sobre a situação dos afrodescendentes negros em Portugal.

Segundo Mamadou Ba, dirigente associativo da SOS Racismo, as associações entregaram essa carta porque o Estado Português esqueceu-se de consultar as associações de combate ao racismo, indo de contra as determinações da ONU que diz que as vítimas devem ser ouvidas. Portanto, elaborou-se um relatório sem prever políticas específicas para afrodescendentes, e afirmou que pessoas negras não precisam de medidas específicas, descumprindo uma determinação da ONU que diz que é necessário ouvir as vítimas.

A carta foi entregue com o propósito de denunciar a incapacidade de diálogo entre o

Estado e a Sociedade civil (Associações, através da Comissão por Igualdade Racial). A resposta do Governo português, representado pelo Alto Comissário das Migrações respondeu em nota oficial às associações que “O contexto nacional, onde os problemas como o insucesso e o abandono escolares, o desemprego ou a exclusão social afetam públicos muitos diversificados, exige respostas que, dando uma prioridade aos descendentes de imigrantes africanos, não sejam exclusivas”. Isentando-se, assim de qualquer responsabilidade na implantação de práticas positivas para populações afrodescendentes, resguardando-se no fato de que não há produção de dados baseados na etnia. Além disso, com tal afirmação, Pedro Calado, então Alto Comissário para as Migrações (ACM), ignorou o artigo 12 da Constituição Portuguesa que versa sobre “O diálogo com as organizações não governamentais: Os Estados-Membros incentivarão o diálogo com as organizações não governamentais adequadas que, de acordo com direito e a prática nacionais, possuam legítimo interesse em contribuir para a luta contra a discriminação baseada na origem racial e étnica, com vista a promover o princípio da igualdade de tratamento.” O ACM nessa mesma ocasião excluiu a possibilidade de seguir outras recomendações do CERD Committee on the Elimination of Racial Discrimination sobre a desagregação de dados de origem étnico-racial.

A carta teve a proposta de denunciar o Governo português à autoridades supranacionais com a finalidade de criar um diálogo entre as associações de combate o racismo e os órgãos que tratam das migrações. Vimos, também, que o fato de não ser possível a desagregação de dados de origem étnico raciais dificulta a criação políticas publicas afirmativas. Com base nas primeiras respostas dadas pelas fontes oficiais do governo Português e relatórios da ONU é possível perceber que não houve de fato interesse no diálogo e qualquer preocupação com a questão. Posteriormente, tal movimentação gerou frutos.

Após esse episódio houve uma maior tentativa do Estado em se aproximar dos movimentos sociais, como na criação de um grupo de trabalho sobre a recolha de dados étnico raciais e também na elaboração do Plano Nacional de Combate ao Racismo.

Segundo a ex-deputada e fundadora da DJASS, Beatriz Gomes Dias,

“A carta suscitou comentários do Alto Comissário para as Migrações, causou incômodo no governo português porque nós descocultamos essa inoperância, inação, descaso. O governo português dizia nos fóruns internacionais que tinha um abordagem holística e que estava a resolver os problemas. Havia um discurso (do Estado português) de que estavam sendo realizadas boas práticas, o que depois não correspondia a realidade. Portanto, foi a força do movimento social, pela carta, mas não só, coletivos e movimentos sociais fizeram manifestações contra violência policial etc. para reivindicar políticas publicas contra a exclusão social.” Em entrevista no dia 22 Out. 2022, 51 anos.

Em relação aos dados étnico raciais: Em 2018 e 2019, foi criado um grupo de trabalho (*focus group*) onde havia participação de pessoas negras, africanas e migrantes. O grupo de trabalho recomendou a recolha mas depois o Instituto Nacional de Estatísticas (INE) decidiu não adicionar tais perguntas.

Além da carta, o Working group of expert on people of african descent das Nações Unidas (OHCHR, 2012, 2021), a ENAR European Commission Against Racism and Intolerance (2016), Anistia internacional (2022), o Comitee for the Prevention of Torture do Conselho da Europa já denunciaram o racismo em Portugal e aguardam iniciativas do governo de investigação e combate ao racismo.

## Reparações históricas e Memorialização

### 2.1. Memorialização e Justiça Transicional

A questão da escravidão e seus processos históricos de reparação ganharam destaque significativo nos debates das últimas décadas, sobretudo com a Conferência de Durban em 2001, que, de certa forma, inaugurou o atual debate sobre reparações em todo o mundo. A conferência foi um encontro promovido pelas Nações Unidas com o objetivo de buscar formas mais efetivas de eliminar o racismo e a discriminação racial. Esta conferência foi marcada por discussões acaloradas onde foram colocadas sobre a mesa dívidas históricas que os países europeus e ocidentais teriam em relação à África e ao Caribe devido ao tráfico de pessoas no Atlântico, a escravidão, e as consequências do colonialismo. Além disso, recentemente os protestos Rhodes Must Fall ou movimento Black Lives Matter <sup>40</sup> em Lisboa, 2020, protestos antirracistas de grande magnitude pediram a revisão das narrativas coloniais, consistentes com as conversas globais sobre o racismo sistêmico.

Ana Lúcia Araujo (2012), professora da Howard University<sup>41</sup>, uma das mais importantes autoras que discute o tema das reparações às vítimas da escravidão diz que as reparações podem ser realizadas através do conceito de memória coletiva (Connerton, 1989), que abrem caminho na cristalização da história por meio de museus, monumentos e memoriais. (Araujo, 2012). Estudar a memória pública e coletiva da escravidão é uma tarefa complexa porque o Atlântico Negro e a escravidão duraram mais de três séculos, abrangendo direta e indiretamente diferentes regiões do globo e grande parte da história foi apagada<sup>42</sup>. “Essas memórias são plurais, dispersas e mudam ao longo do tempo, constituindo várias camadas” e as memórias de grupos subalternos e vitimizados acabam sendo reprimidas e silenciadas através de um pacto narcísico branco. (Almeida, 2018: p.38)

A ideia de memória pública está relacionada com a noção de memória coletiva de Maurice Halbwach (1989). A memória coletiva torna-se pública quando transformada em

---

<sup>40</sup> Ver: <https://www.france24.com/en/americas/20210418-how-black-lives-matter-put-slave-reparations-back-on-the-agenda> How Black Lives Matter put slave reparations back on the agenda – Acessado em Nov. 2022

<sup>41</sup> A Howard University é uma universidade fundada em 1867 em Washington onde 86% dos seus alunos são negros.

<sup>42</sup> No Brasil, por exemplo, Rui Barbosa ordenou em 1890 a grande queima de arquivos da escravidão.

instrumento político para construir, afirmar e reforçar as identidades desses grupos. Em outras palavras, a memória coletiva não está relacionada à lembrança de experiências e eventos individuais, mas à forma como o passado de um grupo é reexperimentado no presente. Como esse grupo associa suas memórias comuns com eventos históricos ou uma série de eventos históricos.

Reparações são portanto um tema muito complexo. A responsabilidade pelos danos causados não é tarefa fácil, seja porque grande parte da história foi apagada pela narrativa hegemônica, pelo próprio esquecimento, seja porque nenhum pagamento indenizatório seria capaz de recuperar o que já foi perdido.

Além disso, essas memórias são plurais, dispersas e mudam ao longo do tempo, constituindo várias camadas. A partir desse jogo de forças, a memória coletiva sobre a escravidão acaba sendo a do grupo dominante. As memórias dos grupos subalternos e vitimizados acabam sendo reprimidas e silenciadas, em um estado de amnésia coletiva (Almeida, 2018), em que predominam o silêncio e o esquecimento. Em geral, as memórias que permanecem vivas, por exemplo, quilombos<sup>43</sup> no Brasil que ainda celebram tradições e encontros, mas são realizadas por atores sociais desfavorecidos, em posições subalternas, e permanecem em um lugar de exclusão social. (Araújo, 2012).

## **Justiça Transicional**

Com o fim da Segunda Guerra Mundial e a revelação dos horrores do Holocausto, grupos populacionais afrodescendentes na Europa, Caribe e Estados Unidos começaram a pedir aos governos que reconheçam e reparem os danos causados. Nesse contexto, a Justiça de Transição surge no contexto de amenizar as desigualdades e injustiças sociais por meio de políticas positivas de transição, também chamadas de transicionais. De acordo com a definição elaborada no documento das Nações Unidas, possivelmente o mais importante para tratar dessa questão, o simples ato de lembrar e reconhecer os erros faz parte do patrimônio cultural dos países. Tais medidas visam preservar a memória coletiva para proteger o desenvolvimento de argumentos negacionistas e revisionistas.

"A people's knowledge of the history of their oppression is part of their heritage and, as such, shall be preserved by appropriate measures in fulfilment of the State's duty to remember. Such measures shall be aimed at preserving the collective memory from extinction and, in particular, at guarding against the development of revisionist and negationist arguments" (UN, 1997: 16)

---

<sup>43</sup> Assentamento informal fundado por escravos fugitivos no Brasil.

Outro documento importante da ONU que foi dedicado especificamente a essa temática é a Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas de Dezembro de 2005, onde são relatados os Princípios Básicos e Diretrizes sobre o Direito ao Remédio e Reparação de Vítimas de Violações Graves do Direito Internacional dos Direitos Humanos e Violações Graves do Direito Internacional Humanitário.

De acordo com a resolução da ONU existem quatro maneiras de combater a impunidade através da justiça transicional:

(a) Direito à justiça (com correspondente obrigação estatal de investigar, julgar e, se for o caso, punir supostos perpetradores de graves violações aos direitos humanos);

(b) Direito à verdade e à memória (devendo o Estado revelar ou investigar a verdade sobre as violências cometidas, em particular seus autores, causas e circunstâncias, cabendo-lhe ainda um dever de memória como forma de homenagear as vítimas e evitar que no futuro semelhantes violações se repitam);

(c) Direito à reparação, em sentido amplo, pelas injustiças sofridas; e

(d) Garantias de não-repetição, como uma finalidade que permeia e informa todos os demais eixos (cabendo ao Estado tomar uma série de medidas para impedir que tal violação não torne a se repetir)

Essas medidas são, portanto, políticas positivas. Políticas positivas visam reduzir as desigualdades e, segundo o professor da Northwestern University, Thomas McCarthy, elas podem acontecer, por exemplo, por meio de mecanismos como: 1) reconhecimento público e desculpas; 2) datas e horários de comemoração oficial; 3) textos, livros e currículos revisados, fortalecendo a confiança cívica e a solidariedade. (2004)

Walter Hawthorne, professor de história da Michigan State University, em "From Africa to Brazil: Culture, Identity, and an Atlantic Slave Trade 1600-1830" (2010), sugere que "um pedido de desculpas deve focar-se numa ação, com reconhecimento das consequências, e terminar com uma ação corretiva", como a criação de um museu ou um centro de investigação. "Um pedido de desculpas ajudaria os 5.8 milhões de africanos tornados escravos e embarcados em navios com a bandeira de Portugal? Ajudaria aqueles que foram mortos em guerras causadas pelo tráfico de escravos? Por aqueles que sofreram há centenas de anos? Não, mas seria um passo em frente para melhorar a relação hoje em dia entre pessoas com cores diferentes", defende.

A escravidão ficou invisível no espaço público em sociedades que sofreram diretamente com a escravidão. Diferentemente de países da África ocidental, países da África Central ocidental não tiveram grandes iniciativas em reconhecer o papel da região no Tráfico Atlântico



negreiro. (Araújo, 2012). Em antigos portos de escravos como Luanda e Benguela na Angola não foram construídos monumentos ou memoriais que reconhecessem de fato os horrores da escravidão. Em 1997, no âmbito do projeto da Unesco Slave Route, Angola criou o seu primeiro museu nacional da escravidão. Trata-se de um museu bem modesto, localizado a aproximadamente 25 km de Luanda, longe dos olhos do público. Já no Brasil, desde os anos 60, a herança africana ganha visibilidade em estados como Bahia e Rio de Janeiro. Todavia, a maioria das iniciativas celebram as raízes africanas e não focam na tragédia que foi a escravidão, que fica restrita a lembrança durante o período do carnaval. (Araujo, 2012)

## **2.2. Memorialização na Europa e reparações**

Ana Lucia Araujo apresenta na introdução do livro "Making slavery visible in the Public Space" (2012) como três grandes traficantes de escravos no Brasil, Benin e Inglaterra que construíram um enorme patrimônio a partir dessa exploração e nunca foram apontados como autores do tráfico de escravos naqueles países, tendo a imagem de serem benfeitores e grandes empresários. Isso acontece, segundo Ana Lúcia Araujo, porque:

“reparations are a delicate subject, since the memory of the perpetrators of slavery and the victims is in constant competition with governments, which, in turn, are submitted to institutions, hospitals, universities, banks, companies, directly linked to a slave-owning past and do not want to be questioned about a possible reparation.” (2012 p.31)

Araujo explora a história do traficante de escravos Francisco Félix de Souza (Chacha) 1754-1849 um dos mais ricos traficantes de escravos do Benin cuja fortuna foi feita essencialmente após o tráfico de escravos se tornar ilegal. Até hoje a família 'de Souza' continua sendo uma das mais poderosas economicamente na região da África Ocidental. Segundo Araujo, os descendentes de Souza fazem de tudo para retratar o traficante de escravos como um grande empresário, e, portanto, desassociar a imagem de Chacha da escravidão. Há também o caso de Joaquim Pereira Marinho (1816-1887) que nasceu em Portugal e foi para o Brasil. Trabalhou como 'marítimo' e como outros imigrantes portugueses nesta profissão enriqueceu como próspero traficante de escravos. Suas atividades como traficante de escravos também decolaram quando o comércio foi proibido. Joaquim foi então convidado a integrar a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, uma antiga e poderosa instituição católica portuguesa que existe até hoje.

No livro ela mostra que monumentos dedicados às vítimas da escravidão também podem ser encontradas em Amsterdão, Londres, Liverpool, Nantes e Paris. O Reino Unido foi

o primeiro país a explicitamente reconhecer na esfera pública o profundo envolvimento com o tráfico negreiro. A maioria das iniciativas de reconhecimento às atrocidades da escravidão e tráfico negreiro no Reino Unido surgiram no meio dos anos 1990 (2012 p.5). No Reino Unido, na ocasião do bicentenário da abolição da escravatura em 2007, museus criaram iniciativas sobre como a escravidão contribuiu para a história britânica. Em 2007 também foi aberto o International Slavery Museum em Liverpool. (ibidem) A Inglaterra também pagou 23 milhões de euros em indenizações ao povo Mau Mau no Quênia, onde 90 mil quenianos foram executados, torturados e mutilados em 1952 a 1960<sup>44</sup>. Já na França, o debate sobre a escravidão e reparações ressurgiu no final dos anos 1990 durante as comemorações das atividades do 150º ano da abolição da escravatura nas colônias francesas. Nesse âmbito, aprovaram a lei 2001-434 (Lei Taubira) que reconheceu a escravidão e tráfico negreiro como crimes contra a humanidade e definiu o dia 10 de Maio como o Dia Nacional da Memória da escravatura e sua abolição. Com isso, em 2005, o Comitê da Memória da Escravidão foi constituído na França. O comitê propôs que em 10 de Maio fosse o dia oficial da comemoração da abolição da escravatura na França metropolitana. O comitê também incluiu propostas de alterar os currículos, criação de monumentos, e exposições permanentes e temporárias sobre o tráfico negreiro. Criaram memoriais em cidades portuárias como Nantes<sup>45</sup> e Bordeaux<sup>46</sup> onde havia um significativo fluxo de tráfico de escravos. A Itália em 2008 assinou um acordo na cidade de Benghazi onde se desculpou pelos crimes cometidos durante o período colonial, entre 1911 e 1943, e se comprometeu a pagar 5 bilhões de dólares em 20 anos para a Líbia (Kjb, 2008) .

### **O caso da Bélgica**

Em meio a protestos do Black Lives Matter ocorridos em 2020 em todo mundo e pressões dos movimentos sociais, a Bélgica decidiu produzir um relatório sobre as atrocidades do colonialismo. Em 1885, na conferência de Berlim o Rei Leopoldo da Bélgica prometeu levar uma ação civilizatória e humanitária no Congo (Antigo Zaire ou Congo Belga). Milhares de congoleses foram torturados e mutilados para extração de riquezas. O Rei Leopoldo, que nunca pisou no seu país, enriqueceu com a extração dos minérios e sua riqueza se espalhou pela Bélgica. A crueldade de Leopoldo não se limitou a isso, também criou um zoológico humano

---

<sup>44</sup> Revolta anticolonial surgida após os britânicos expulsarem o povo Kikuyu das terras férteis do Quênia para facilitar uma economia baseada em grandes fazendas.

<sup>45</sup> Mais informações ver: <https://memorial.nantes.fr/> Acessado em Out. 2022

<sup>46</sup> Mais informações ver: <https://www.memoire-esclavage-bordeaux.fr/> Acessado em Out. 2022

na Bélgica.<sup>47</sup> Até que em 1960 a Bélgica, após muitas críticas, a Bélgica aceitou a independência do Congo, que a partir daí foi tomado por brigas internas de políticos e tribos rivais. Em 1997 surge a república democrática do Congo, um dos países mais pobres e conflagrados do mundo. Em Junho de 2022 o Rei Felipe fez duas primeiras visitas à R.D.C., fazendo o gesto simbólico de devolver uma máscara tribal congoleza e outros artefatos roubados. Ele disse “Je désire réaffirmer mes plus profonds regrets pour ces blessures du passé.”, “régime colonial comme tel était basé sur l’exploitation et la domination”, “une relation inégale, injustifiable (...) marquée par le paternalisme, les discriminations et le racisme” e seguiu “a donné lieu à des exactions et des humiliations”<sup>48</sup>. Cidadãos da Bélgica começaram a criticar a exaltação de figuras como Rei Leopoldo, fazendo com que estátuas fossem depredadas até que fossem removidas. O parlamento belga criou uma comissão para examinar os registros históricos do período e um relatório está para sair ainda em 2022. O primeiro ministro Alexander de Croo deu a seguinte declaração sobre o colonialismo belga no Congo: “Acho importante olhar isso diretamente nos olhos” (Nyemba, 2022).

### 2.3. Reparações em Portugal

O presidente Marcelo Rebelo de Sousa visitou, em 2017, a Casa dos Escravos, um museu dedicado às vítimas das atrocidades da escravidão na Ilha de Gorée, no Senegal, quando disse:

“Quando nós abolimos a escravatura em Portugal pela mão do Marquês de Pombal, em 1761, e depois alargámos essa abolição mais tarde, no século XIX, demasiado tarde -, essa decisão do poder político português foi um reconhecimento da dignidade do homem, do respeito por um estatuto correspondente a essa dignidade”  
Cotrim, 2017

E acrescentou: “Nessa medida, nós reconhecemos também o que havia de injusto e de sacrifício nos Direitos Humanos, como diríamos hoje em dia, numa situação que foi abolida”. Tal afirmação do presidente da república não leva em consideração, ou sequer menciona, o trabalho forçado como já aqui exposto. Também não busca reparar danos que se perpetuam na história do presente. Sendo assim, uma postura que pouco ou nada repara os danos as atrocidades cometidas no passado. Muito pelo contrário, ela sublinha uma falsa excepcionalidade portuguesa na abolição da escravatura.

---

<sup>47</sup> Até 1958, existiu na Bélgica o “Zoológico humano” - espetáculos etnológicos promovidos que exibiam pessoas como objetos exóticos, Mais informações em:  
Ver: <https://www.dw.com/pt-br/os-zool%C3%B3gicos-humanos-da-era-colonial/a-60382709>

Por outro lado, o primeiro-ministro António Costa proferiu as seguintes palavras em relação ao massacre do Wiriamu em 1972 promovido pela PIDE em Moçambique: “Ato indesculpável que desonra nossa história”. No jantar do discurso, António Costa diz ao Presidente da República de Moçambique, Filipe Nyusi que a história das dois países

“(…)está inevitavelmente marcada pela diversidade, da diversidade dos encontros e dos desencontros, da escravatura e da libertação, do progresso e da pobreza, da guerra e da paz, por momentos que queremos seguramente recordar mas também por momentos e acontecimentos que temos o dever de nunca por nunca esquecer”

Reafirmando seu desejo a memória, o que tem um efeito reparador simbólico pelo incidente ocorrido em Setembro de 1972 onde 400 civis desarmados de Wiriamu foram mortos por militares portugueses.

Também há a placa em homenagem ao Alcindo Monteiro, português de origem Cabo verdiana. A Câmara Municipal de Lisboa instalou uma placa na Rua Garrett, local onde Alcindo Monteiro foi brutalmente assassinado por skinheads em 1995 no dia de Portugal (10 de Junho) por ser negro. A mensagem na placa que contrasta com a memória hegemónica da cidade, diz: “A cidade de Lisboa reafirmou o seu dever de memória, justiça e o nosso compromisso na luta contra o racismo e o fascismo sob todas as suas formas. 1 de outubro de 2020” .

### **Nacionalidade a judeus sefarditas**

Alterações a lei da nacionalidade tem sido feitas no sentido de reparar historicamente situações ocorridas em Portugal. Em 2013, a Assembleia da República aprovou a Lei Orgânica n.º 1/2013, que foi a Lei de nacionalidade que possibilitaria a concessão da nacionalidade portuguesa por naturalização, a descendentes de judeus sefarditas. A lei em questão foi aprovada na época por unanimidade e ficou conhecida por Lei da Reparação Histórica se deve ao fato dos judeus que estavam em Portugal em 1496 fossem expulsos por D. Manuel I. Na época o pedido foi feito com base no matrimônio de Manuel I e a Princesa D. Isabel, filha de reis católicos da Espanha forçando os judeus sefarditas a se converterem maciçamente ao catolicismo ou que abandonassem o reino.

A lei da nacionalidade a judeus sefarditas tem sido novamente objeto de discussão no parlamento desde Junho 2022 em meio à Guerra da Ucrânia após indivíduos sem qualquer ligação com Portugal como o oligarca russo Roman Abramovich (Curado, 2021) entre outros terem obtido nacionalidade por mera conveniência através da lei da nacionalidade para judeus

sefarditas e em tempo recorde, enquanto em Espanha é exigido um teste de língua e cultura espanholas<sup>49</sup>.

## **2.4. Manifestações coloniais no espaço público português**

Como vimos no começo do texto, Portugal teve grande protagonismo na comercialização de escravos, no tráfico transatlântico negreiro e na exploração da mão de obra análoga a escravidão após a proibição. Este movimento justificou a criação e apoio à instalação de um memorial de homenagem aos escravizados no centro de Lisboa.

A memória hegemônica da cidade de Lisboa está marcada pelo colonialismo e o esforço de mostrar a capital portuguesa como herdeira de tempos áureos do descobrimento. O monumento chamado Padrão dos Descobrimentos, localizado em Belém, foi erguido durante a Exposição do Mundo Português. A exposição foi organizada por Salazar, durante o Estado Novo que durou de 1926 a 1974, um momento da história de Portugal marcado pela glorificação das ideias nacionalistas e colonialistas. O monumento foi inicialmente criado com materiais perecíveis em 1940 que depois decidiram fazê-lo em concreto e pedra. O monumento é muito criticado por glorificar o colonialismo, um período tão brutal para muitas sociedades. Para Evalina Gomes Dias, diretora da DJASS, esse monumento representa um momento de glória para os portugueses, mas um momento de tristeza para os povos colonizados. Como ela refere em entrevista: “É uma história contada de forma diferente dependendo da perspectiva.”

O padrão dos descobrimentos já havia sido fotografado por Kiluanji em sua obra “A descoberta” (2007) onde jovens se posicionam lado a lado a estátua em Belém. Segundo o artista, a obra foi intitulada assim pois apesar daquelas 15 pessoas serem de Lisboa nunca tinham estado naquela zona de Belém e estariam portanto descobrindo aquele espaço pela primeira vez (Soares, 2021). Kiluanji diz que o fato de jovens negros estarem naquela região turística chamou atenção da polícia, que foi até eles questionar o que eles estavam fazendo por lá.

Sobre as grafites que aconteceram ao Padrão dos descobrimentos, o professor Miguel Vale de Almeida do ISCTE diz “É sim vandalismo, mas vandalismo reparável, basta limpar” é uma forma de performance aceitável. Se o padrão dos descobrimentos está num lugar público, estão para interagir com o público, portanto não são lugares sagrados. Vale de Almeida acha o

---

<sup>49</sup> Ver: <https://www.tsf.pt/portugal/politica/acabar-com-nacionalidade-para-descendentes-de-judeus-sefarditas-lei-vai-a-discussao-na-ar-14960705.html> Acabar com nacionalidade para descendentes de judeus sefarditas? Lei vai a discussão na AR -Acessado em Out. 2022

monumento esteticamente feio, malfeito e desagradável. “se (o padrão dos descobrimentos) for um local de constante interpelação e debate eu não subscreveria a ideia de o deitar abaixo, tal como um deputado do partido socialista disse”. O padrão é um dos poucos monumentos que através da EGEAC<sup>50</sup> proporcionou no pequeno espaço expositivo que há dentro da estátua com visões críticas sobre o colonialismo e o próprio monumento. “É um pouco como visitar Auschwitz. O Auschwitz ninguém vai deitar abaixo, ele está lá para a gente se lembrar” portanto uma relação pedagógica pode ser feita.

Há alguns metros de onde vai ser erigido o memorial de homenagem as pessoas escravizadas encontramos a estátua do Padre António Vieira (PAV). Objeto de grande controvérsia a estátua foi inaugurada em 2017 pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa com dinheiro dos contribuintes no Largo Trindade Coelho. Desde então a estátua está constantemente sofrendo alterações de suas características originais. Em 2020, alguém escreveu com spray de tinta a palavra “Descoloniza”<sup>51</sup> o que gerou um grande debate na sociedade, gerando uma forte reação inclusive dos líderes máximos do governo em Portugal. O primeiro-ministro António Costa, por exemplo, disse em março de 2021 ao jornal Público que estava preocupado com a guerra cultural em torno do racismo e da memória e que há uma tentativa de demonizar a história de Portugal.

Evalina Gomes Dias, disse em entrevista que a estátua do PAV representa o racismo estrutural e é na verdade uma forma de salientar aspectos negativos da história de Portugal:

“Como no século XXI a CML patrocina esse tipo de estátuas. (...) Ele não era contra a escravatura, era contra a escravatura dos índios. Portanto, para nós isso é insulto: A CML e Santa Casa mandarem fazer uma estátua com índios para lembrar mais uma vez dos descobrimentos, da colonialidade. Parece que a história de Portugal não anda para a frente, só anda para trás.”. “Um padre a evangelizar crianças indígenas - Já passamos disso, já sabemos que não foi bom. Só trouxe desgraça para os índios e para o Brasil”. [Entrevista com Evalina Gomes Dias, 21 de Maio de 2022]

Almeida acha que o PAV merece muitas estátuas, sobretudo no que diz respeito as suas habilidades literárias. O problema foi isso ter sido feito em pleno século XXI com o apoio da câmara sem uma discussão mais aprofundada. Agora, o debate a nível da imprensa, segundo Vale de Almeida foi um horror. Porque girou apenas em torno da questão do vandalismo e de um PAV idealizado. “Esses fulanos estão a vandalizar a minha ideia sobre o PAV (sic), ou seja, não é sobre a estatua mas a ideia idealizada.” MAV discorda que haja um antagonismo entre a estatua do PAV e o memorial de homenagem as pessoas escravizadas que ainda não foi

---

<sup>50</sup> Empresa de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural EGEAC é vinculada a Câmara de Lisboa e é responsável pela gestão de alguns espaços culturais da cidade e pela realização das Festas de Lisboa, entre outros. Mais informações: <https://egeac.pt>

<sup>51</sup> O graffiti veio a ser removido algumas horas depois sem qualquer dano à estátua.

construído. O que existe não é um monumento promovido por um movimento racista (PAV) e um antirracista (Memorial da DJASS). “É uma oposição portuguesa feita entre um memorial antirracista e estatuas feitas pela hegemonia da negação”

O professor Luiz Felipe de Alencastro<sup>52</sup>, professor da Fundação Getúlio Vargas, disse em ocasião do seminário Descentrar o império, Reparar o futuro” na Culturgest em Novembro de 2022 que o Padre António Vieira buscava justificar o tráfico de escravizados na ordem jesuíta (Companhia de Jesus) ordem mais diretamente envolvida na prática de escravismo nas Américas. “Nos sermões da Irmandade do Rosário o Padre António Vieira definiu o tráfico de pessoas escravizadas como um grande milagre”. Para os jesuítas era algo positivo “... por que assim eles não iam ficar na África adorando bode, árvore, ou pedaço de pedra” disse Alencastro. Kiluanji Kia Henda disse em entrevista que o Padre António Vieira dizia que a salvação da alma dos negros era no cativo<sup>53</sup>, como forma de amansar o espírito dos africanos escravizados mais revoltados. (Soares, 2021)

Aníbal Quijano ao tratar do sistema colonial instituído na América pela Espanha conta que “em alguns casos, a nobreza indígena, uma reduzida minoria foi eximida da servidão e recebeu um tratamento especial, devido a seus papéis como intermediária com a raça dominante, e lhe foi também permitido participar de alguns dos ofícios nos quais eram empregados os espanhóis que não pertenciam a nobreza. Por outro lado, os negros foram reduzidos à escravidão” (2005)

Evalina lembra do dia da inauguração da estátua do PAV em que havia sido organizada uma manifestação pacífica contra a estátua e a polícia ao invés de defender os manifestantes (devidamente registrados) decidiu defender o grupo de extrema direita “Escudo identitário” (Ernesto, 2017) que estava presente no dia:

“A polícia pediu que os manifestantes pacíficos saíssem pois não poderiam garantir a sua segurança e deixou que os extremistas ameaçassem quem lá estava. Isso é o racismo estrutural!”

## 2.5. White backlash

---

<sup>52</sup> O historiador é autor de livros como “O Trato dos Viventes. Formação do Brasil no Atlântico Sul” (2000) e “The Ethiopic Ocean - History and Historiography, 1600-1975” (2017)

<sup>53</sup> No sermão de 1633 em um moinho de açúcar na Bahia Padre António Vieira: “Oh! se a gente preta, tirada das brenhas da sua Etiópia, e passada ao Brasil, conheceu bem quanto deve a Deus e a sua Santíssima Mãe por este que pode parecer desterro, cativo e desgraça, e não é senão milagre, e grande milagre? Dizei-me: vossos pais, que nasceram nas trevas da gentildade, e nela vivem e acabam a vida sem lume da fé nem conhecimento de Deus, aonde vão depois da morte? Todos, como credes e confessais, vão ao inferno, e lá estão ardendo e arderão por toda a eternidade.” Padre António Vieira - Sermão XIV. Mais informações ver: <https://www.cartacapital.com.br/politica/antonio-vieira-e-o-doce-inferno-dos-negros/> Antonio Vieira e o doce inferno dos negros. Acessado em Out. 2022

Existe em Portugal um movimento forte de *backlash* contra o movimento antirracista, o que coloca a vida das pessoas envolvidas nessa luta em risco. É sobretudo preocupante tendo em vista tantos agentes de polícia estarem envolvidos com organizações extremistas e discursos de ódio (Teles, 2022). *White backlash* faz parte do movimento que invadiu o Capitólio nos Estados Unidos<sup>54</sup> no início de 2020. É um movimento de reação dos brancos diante das conquistas sociais dos negros, tendo como um de seus maiores expoentes a Klu Klux Klan (KKK) que surgiu depois que os negros ganharam o direito de votar no século 19.

Em Lisboa, aconteceu uma manifestação na porta da sede da SOS Racismo de pessoas com o rosto coberto empunhando tochas em 2020 que ficou conhecida como “Parada à KKK”<sup>55</sup>. Nessa ocasião diversos dirigentes de esquerda negros haviam sido ameaçados de morte, como Joacine Katar Moreira, Mamadou Ba, e Beatriz Gomes Dias sendo necessário pedir proteção da polícia.<sup>56</sup>

Até mesmo nos muros do ISCTE em 2020 foi grafitado o lambda identitário, símbolo associado à organização *Génération idéntitaire* e a frase “Morte aos pretos, por uma faculdade branca”<sup>57</sup> (sic). Em relação aos graffitis nas paredes do ISCTE, Vale de Almeida, comenta o caso dizendo que o ISCTE tem origem política, histórica e social de pessoas de classe média e baixa que ascenderam socialmente, justifica Almeida. “Como em muitos meios da sociedade portuguesa as pessoas em cargos de topo tendem a reagir ou através da negação ou menosprezo dos acontecimentos.” (...) “Ah, mas foi apenas um maluco que fez aquilo” é uma forma de pessoalizar e patologizar é uma forma de negação sofisticada.” (...) “O ISCTE é um lugar que não é racista, mas que não vê o racismo. Que tem a ver com o problema cultural profundo que existe em Portugal”. “Uma negação instintiva, ou seja (...)” “Aquilo só pode ser obra de maluco, e nós não vamos reagir a malucos”, o que seria uma forma de *colorblind* como aqui já referido.

---

<sup>54</sup> Ver também: [https://www.setentaequatro.pt/investigacao-74/licenca-para-odiar-como-nasce-uma-filial-dos-proud-boys-em-portugal?fbclid=IwAR3yfnEnLhQZhe8pEU4h0BnM23Y5ikL5XAJ\\_ZPi9Y9ITe4-oDRyBCXrLI-o](https://www.setentaequatro.pt/investigacao-74/licenca-para-odiar-como-nasce-uma-filial-dos-proud-boys-em-portugal?fbclid=IwAR3yfnEnLhQZhe8pEU4h0BnM23Y5ikL5XAJ_ZPi9Y9ITe4-oDRyBCXrLI-o) Licença para odiar: como nasce uma filial dos Proud boys em Portugal – Ricardo Cabral Fernandes – Investigação 74

<sup>55</sup> <https://observador.pt/2020/08/10/parada-a-kkk-manifestou-se-a-frente-do-sos-racismo-apresentada-queixa-no-ministerio-publico/> "Parada à KKK" manifestou-se à frente do SOS Racismo. Apresentada queixa no Ministério Público

<sup>56</sup> <https://expresso.pt/sociedade/2020-08-15-Parada-Ku-Klux-Klan-em-frente-ao-SOS-Racismo-foi-vigiada-mas-a-distancia> “Parada Ku Klux Klan” em frente ao SOS Racismo foi vigiada mas à distância

<sup>57</sup> Pouco tempo após terem surgido graffitis nas paredes do ISCTE foram publicadas três cartas de iniciativas distintas: i) carta do Núcleo Antifascista, ii) Núcleo Estudos Africanos iii) Estudantes de doutoramento em Antropolgia e Comunicação.



## **Movimentos sociais e antirracismo no Portugal contemporâneo**

### **3.1. DJASS Associação de Afrodescendentes**

A DJASS – Associação de Afrodescendentes é uma associação sem fins lucrativos constituída em 25 de Maio de 2016, dia da África. A palavra DJASS significa “africano” em crioulo da Guiné Bissau. A associação surge a partir da percepção de que há uma segregação na sociedade portuguesa, não apenas econômica, mas também social e histórica. A partir de fatos como a escravatura e o colonialismo que até hoje se fazem presentes na sociedade de forma estrutural. A associação foi fundada pela Beatriz Gomes Dias e, atualmente, a presidente da associação é a sua irmã, Evalina Gomes Dias. A década dos Afrodescendentes foi o principal catalisador das iniciativas da DJASS como veremos a seguir.

#### **3.1.1. Histórico**

Antes da formalização da DJASS como associação, foram promovidos três encontros para que fossem delineados os objetivos da associação. Primeiro, em Fevereiro do ano de 2016, o evento: “Alemanha, África, Portugal: a geografia das identidades”, onde foi feito um debate sobre o que liga e separa a África desses dois países e foi feita exposição, *schwarz.weiß.deutsch* [em português: preto, branco, alemão] um trabalho da artista Katharina Lob, além da exibição do filme “Crocodiles without saddles”. O evento colocou em questão o fenômeno da dupla identidade. Este conceito foi trabalhado por Paul Gilroy que trás a noção de uma cultura transnacional, uma hibridização cultural formada a partir da diáspora.

De acordo com Paul Gilroy, a diáspora, mais do que uma dispersão catastrófica, é um processo que redefine a mecânica cultural e histórica do pertencimento da identidade.” (2001: p. 33-100). Explica que desse processo de diáspora surgem culturas estereofônicas, bilingues e bifocais originadas pelos negros (e não somente) dispersos nas estruturas de sentimento, produção, comunicação e memória que o autor chama heurísticamente de mundo atlântico negro (*ibidem* p.35). O que a DJASS propunha era, conforme exposto pela Beatriz Dias Gomes

em entrevista à emissora RTP África na altura, questionar e refletir sobre identidade, sobre o que é ser português não branco e como é essa representação da portugalidade marcada pela presença colonial.

O segundo evento fundador da associação foi intitulado “Kizomba: Entre o sonho e a imaginação” onde buscou-se trabalhar a questão das representações de negros. Também buscava-se pensar a branquitude. Fez-se uma reflexão sobre a manifestação cultural africana e como pode ser usada no combate ao racismo. O evento foi baseado na dissertação de André Soares, mestrado de Antropologia do ISCTE “Entre Luanda, Lisboa, Milão, Miami e Cairo. Difusão e Prática da Kizomba” (2015)

O terceiro e último evento fundador da DJASS foi em Maio do mesmo ano foi sobre a invisibilidade dos afrodescendentes nos media da sociedade portuguesa com a Joana Gorjão Henriques, jornalista investigativa do jornal Público.

A DJASS associação de afrodescendentes surge com a missão de:

- Combater e denunciar todas as formas de racismo, invisibilização e discriminação contra pessoas negras e afrodescendentes em Portugal;
- Promover uma reflexão crítica e abrangente sobre as relações interétnicas em Portugal, de forma a contribuir para a transformação social e para a afirmação positiva das pessoas negras e afrodescendentes enquanto integrantes de pleno direito da sociedade portuguesa;
- Combater a visão eurocêntrica da História, reivindicando o contributo das pessoas africanas na construção do conhecimento, da cultura e da História;
- Incentivar e promover a participação das pessoas negras e afrodescendentes nos processos de tomada de decisão política.” (Termos de referência - TDR)

O memorial de homenagem as pessoas escravizadas é apenas um dos projetos da DJASS. Além dele foram feitas intervenções na área da educação (em parceria com CML sessões em escolas com jovens para discutir praticas do racismo e suas manifestações, junto com o Grupo Educar e a Ana Furtado na escola do Castelo – o que resultou no prêmio vencedor de Direitos Humanos da CML – onde foi aplicada uma pedagogia antirracista em uma turma de 4º ano. Um projeto que começa no município de Lisboa depois incorporada pelo ministério da educação a nível nacional. A DJASS desde o início da sua formação esteve envolvida com a revisão dos manuais escolares com vista a mostrar uma versão que contemple os negros na historia e que desmonte essa ideia de que no continente africano não havia civilização.

Beatriz Gomes Dias, ex-deputada e fundadora da associação DJASS diz que esse projeto acabou por influenciar em 2019 o Conselho Nacional de Educação (CNE) que produziu recomendações para a descolonização dos currículos.

“Claro, também influenciados pelo trabalho da Marta Araújo e Silvia Maeso de análises dos manuais escolares e identificação da narrativa colonial e extremamente discriminadora que lá estava. Ou seja, há um continuo trabalho nessa área, que não

começa na proposta da DJASS. É um trabalho em articulação com muitas pessoas, não são iniciativas isoladas.”

A DJASS também esteve envolvida na luta pela inclusão dos dados étnico raciais. Em 2018 e 2019, foi criado um grupo de trabalho (*focus group*) participado por pessoas negras, africanas, migrantes. O grupo de trabalho recomendou a recolha depois o INE decidiu não adicionar tais perguntas apesar da pressão exercida sobre o governo português de reivindicações para recolher dados e aumentar representatividade de pessoas negras.

Sem dúvida das iniciativas da DJASS a que mais marcou, segundo Beatriz Dias, foi o memorial de homenagem as pessoas escravizadas. Ela diz que "A ideia surge após uma visita a Lagos (Portugal) no mercado de escravos, museu dedicado aos restos arqueológicos onde foram encontrados mais de 80 esqueletos de pessoas escravizadas e não havia nenhuma verdadeira homenagem ou memorialização daquele achado”.

Curiosamente, mesmo após a descoberta de cerca de 150 ossadas de escravos do século XV e XVI no Vale da Gafaria enterrados<sup>58</sup> de forma indigna (Martins, 2015) deram prosseguimento à construção do campo de minigolfe e parque de estacionamento. As ossadas continuam no sótão de uma casa discreta em Coimbra e disponível apenas para investigadores. As descobertas foram consideradas “demasiado chocantes” por membros do governo na época para serem mostradas ao público. Diante dessa desconsideração relativa a esse achado, a narrativa do museu de Lagos, indignou muitas pessoas, dentre elas Beatriz e de certa forma a influenciou em tomar a iniciativa de fazer uma proposta para corrigir o que achavam que era uma iniquidade, “Algo injusto e doloroso para nós pessoas negras”

A Beatriz diz em entrevista que o que despertou o interesse por essas causas foi o fato de ser uma mulher negra e alvo de discriminação racial. “A DJASS surge em meio ao vazio político na década internacional dos afrodescendentes”, afirma Beatriz. Entre o final de 2015 e 2016 pensaram em fundar a DJASS pois ainda não havia nenhuma iniciativa pública para a celebração dessa década. Esse vazio era uma manifestação dessas continuidades coloniais e também uma prática de invisibilização das questões e dos problemas que tem um impacto profundo na vida das pessoas negras. Contrariamente ao que Portugal tinha subscrito e as recomendações de organizações internacionais que vinham alertando Portugal pra essa necessidade.

A Evalina Gomes Dias, atual diretora da associação, e irmã da ex-deputada Beatriz Gomes conta disse em entrevista que o motivo delas terem ido para Portugal ainda muito novas

---

<sup>58</sup> Esqueletos foram encontrados em meio ao lixo e em posições não habituais de sepultamento.

foi porque pai delas (originário da Guiné Bissau) conseguiu uma bolsa de estudos na Universidade de Coimbra para estudar medicina. Algumas pessoas da família, como o tio da Evalina, já estavam engajadas ativamente na luta contra a colonização e por isso seu pai foi impedido de retornar à Guiné-Bissau, uma vez que a PIDE lá estava. Com o fim do curso ele se mudou para o Senegal e a mãe da Evalina se mudou para o Senegal, onde nasceu Beatriz e Evalina. O pai delas então foi ao Brasil terminar o curso, em São Paulo, fazer a especialidade médica em dermatologia por dois anos. O pai da Evalina e da Beatriz voltou por pouco tempo para o Senegal. Nesse meio tempo ocorreu a independência dos territórios colonizados e o pai delas retornou a Portugal trazendo a Evalina e a Beatriz com 7 e 4 anos respectivamente. Evalina comenta que muitas pessoas na altura questionavam se eram retornados, o que lhes causava alguma estranheza uma vez que tinham vindo do Senegal. Foi assim, a partir desses questionamentos, que Evalina começou pela primeira vez a perceber nas entrelinhas que não pertencia aquela sociedade. Estudaram numa escola privada, com alunos majoritariamente brancos onde ela e a irmã eram as únicas pessoas negras. E só então, com 15/16 anos, com o contato com outras pessoas de descendência africana que Evalina começou a perceber que nem todos tiveram o mesmo reforço positivo que tiveram em casa com seus pais. “É como se eu tivesse em cima do muro e visse o que estava no outro lado” diz Evalina. Todos outros colegas negros que ia conhecendo durante seu percurso acadêmico vinham por bolsa ou através de protocolos e se deparavam com muitas dificuldades. Na mentalidade das pessoas da época, o fato da Evalina circular em meios majoritariamente de pessoas brancas causava estranheza frente a seus amigos negros. Ainda no tempo da faculdade Evalina integrou uma associação juvenil chamada “Cabo jovem”, que lida com os jovens africanos filhos de imigrantes de segunda geração. Mas “O racismo nos anos 90 em Portugal era o não assunto” diz. Tanto que a campanha a nível europeu “todos diferentes, todos iguais<sup>59</sup>” segundo Evalina não emplacou em território nacional.

### **3.2. Estudo de Caso: Memorial de homenagem às pessoas escravizadas no Campo das Cebolas**

---

<sup>59</sup> Campanha promovida em 1995 pelo Conselho da Europa tendo como objetivo o combate ao racismo, ao antissemitismo, a xenofobia e a intolerância.

Todos os anos desde 2008 a Câmara Municipal de Lisboa faz um concurso para o Orçamento Participativo <sup>60</sup>. Durante um determinado período do ano, os cidadãos são convidados a trazer os seus projetos e estes são submetidos a votação do público. Em 2017, o projeto mais votado foi o Memorial de homenagem as pessoas escravizadas em Lisboa. O projeto foi pensado por Beatriz Gomes Dias, então diretora do DJASS e deputada do parlamento português entre 2019 a 2022. Beatriz foi candidata nas eleições municipais da capital portuguesa de 2021. A inauguração do memorial estava prevista para o final de 2021 mas acabou por ser adiada por conta da pandemia.

O objetivo do memorial é fazer uma homenagem a memória dos milhões de africanos escravizados por Portugal ao longo da história. Uma homenagem às vítimas para promover o reconhecimento histórico do papel de Portugal na escravidão e no tráfico de pessoas escravizadas e evocar as heranças deste longo período na sociedade portuguesa atual, desde a rica herança cultural africana às formas contemporâneas de opressão e discriminação . Este projeto choca-se com a narrativa hegemônica oficial que glorifica os “Descobrimentos” ao mesmo tempo em que invisibiliza as violências que lhes estão associada, uma perspectiva que está espalhada por toda sociedade portuguesa.

Segundo Beatriz Dias em entrevista ao podcast Rádio Afrolis <sup>61</sup>, a ideia não partiu do Estado porque não há reconhecimento sobre o racismo estrutural e sistémico dentro da comunidade portuguesa. Ela diz que existe um estado de negação da existência do racismo e reforça essa ideia de que há vários monumentos na cidade sobre descobertas e “anos dourados” mas pouco reconhecimento sobre os tempos de barbárie. Beatriz Dias afirma ainda que este monumento representa um apelo à reflexão sobre quem foram os portugueses, quem são e quem querem ser, constituindo um contributo para a redefinição das políticas de memória, a criação de espaços museológicos dedicados à escravatura e ao colonialismo português e a descolonização dos existentes.

Beatriz Gomes Dias narra que “há atualmente o Museu da Escravatura em Lagos, mas que é insuficiente por não ser na capital. Lisboa foi um dos portos com maior fluxo de comercialização de escravos. A zona entre Ribeira das Naus a Campo das Cebolas foi o local onde essa prática ocorreu com maior intensidade” e acrescenta que “há diversos monumentos

---

<sup>60</sup> Site do orçamento Participativo da CML <https://op.lisboaparticipa.pt/>

<sup>61</sup> Áudio do podcast disponível em <https://on.soundcloud.com/UGsC7> “Áudio 169 – Memorial Às Vítimas Da Escravatura Em Lisboa” acessado em out. 2022

sobre descobrimentos e anos de ouro mas pouco reconhecimento sobre os tempos de barbárie”.

Também declarou:

“Queremos um monumento que estimule, envolva, interpele, congregue, emocione, ensine. Que represente uma convocatória à reflexão sobre quem fomos, quem somos e quem queremos ser, constituindo um contributo para a redefinição das políticas de memória, a criação de espaços museológicos dedicados à escravatura e ao colonialismo português e a descolonização dos já existentes.”

Evalina Gomes Dias chama atenção para o fato de que escravos sempre existiram na história, mas lembra que foi com a exploração da mão de obra em escala industrial praticada pelos portugueses e associada a cor da pele que nos remete imediatamente a pensar em corpos negros. “A nossa cor da pele é uma marca que diz aos outros: Nós somos inferiores e por isso faz-se necessário lutar pelos direitos e combater o racismo.”

Beatriz Dias diz que quando foi submetido o projeto do memorial foi feita uma campanha online onde sublinharam propostas semelhantes ao redor do mundo e a ausência desse equipamento/peça artística na cidade de Lisboa. Fizeram intervenções na rua, na porta do metropolitano, uma ampla campanha de divulgação e angariação de votos para a proposta. A página do projeto tinha muito engajamento. Constituíram grupo consultivo formado por historiadores: com Ângela Barreto Xavier, Isabel Castro Henriques, Marta Lança (editora da Buala e conteúdos pós coloniais e curadora de exposições), Flávio Almada (líder comunitário da Cova da Moura), Joacine Katar Moreira (Associação Imune), Marta Araújo (socióloga especialista em questões de educação) e Anabela Rodrigues (líder comunitária).

Optaram pelo orçamento participativo pois queriam que o projeto de construção do memorial fosse um projeto mais participado possível, mais amplo possível, que envolvesse o maior numero possível de pessoas. Tarefa comunitária que recebeu input de várias pessoas e de vários lugares, pertenças, atividades profissionais e varias áreas que enriquecem o resultado final.

Foram tendo reuniões com a CML. A principio queriam que o monumento fosse erguido na Ribeira das Naus (como o próprio nome indica sua função, foi o local onde foram construídas as naus que foram explorar e trazer e raptar pessoas para serem comercializadas como mercadoria - era o local onde eram construídos os barcos para levar pessoas escravizadas<sup>62</sup>). A principio a CML não concordou com a escolha do local pois considerou que o espaço já havia sido requalificado e por isso já estava com todos os elementos que constavam da sua

---

<sup>62</sup> A zona onde será erguido o monumento - Ribeira das Naus e Campo das Cebolas foi o local onde a prática da escravatura ocorreu de forma mais intensa. Segundo os historiadores portugueses Ângela Xavier e José Ramos Tinhorão, toda a zona ribeirinha, entre o Cais do Sodré e o Campo das Cebolas, eram zonas de chegada de escravos a Portugal. Relatos de viajantes e pinturas mostram uma Lisboa tomada por afrodescendentes.

requalificação e não poderia receber nenhuma peça artística por que era uma obra de autor e por isso já estava fechado para alterações. Seguiu-se então um longo processo de negociação com a CML e concomitantemente as reuniões foi sendo elaborado os termos de referência<sup>63</sup> (TdR). Foram convidados cinco artistas: Jaime Laureano, Grada Kilomba, Kiluanji Kia Henda, Antonio Ole, e Rosana Paulino. António Ole declinou o convite por motivos pessoais. Rosana Paulino inicialmente aceitou o convite mas depois por motivos pessoais/familiares não pôde também apresentar projeto. Nisso, os TdR foram aprovados pela CML assim como os artistas e metodologia para a escolha do projeto do memorial. Os TdR já deixavam claro que o processo seria todo participativo. Iriam ser feitas sessões presenciais em áreas de presença africana de forma expressiva como Sintra, Vale da Amoreira e Seixal. Isso permitiu envolver um grande numero de pessoas negras na construção do TdR e também na construção do memorial. “Houve uma mobilização da comunidade na construção de uma peça artística que fala sobre elas” diz Beatriz.

### **3.2.1. Plantação - Prosperidade e pesadelo de Kiluanji Kia Henda**

Foram colocados para votação três projetos de três artistas diferentes: Grada Kilomba, Jaime Laureano e Kiluanji Kia Henda. Esse último venceu com 77 votos, contra 48 da Grada Kilomba, que ficou em segundo lugar. A votação ocorreu ao longo de três meses de consulta popular em cinco municípios do distrito de Lisboa onde existe um número mais elevado de afrodescendentes. O projeto mais votado foi o do Kiluanji.

Pessoalmente, não cheguei a participar das votações, mas a Alana Azevedo (Vrije Universitat) estava presente em uma das votações do memorial e me contou que ela viajou da Holanda pra Sintra para participar do processo. Disse em entrevista que votação atrasou mais de uma hora, pois não havia ninguém para abrir a porta da associação, uma situação no mínimo constrangedora, segundo Alana. Alana teve que ajudar a bater na porta dos vizinhos para saber quem tinha a chave para abrir a porta da associação. A sensação da Alana é de que as pessoas que estavam na votação em Sintra eram todas de Lisboa. Nesse dia houve uma apresentação seguida da votação.

Para mais detalhes acerca dos números da votação:

---

<sup>63</sup> Os termos de referência (TdR) foi o documento criado pela DJASS onde são definidas as regras e objetivos relacionados à criação do memorial de homenagem às pessoas escravizadas.

## VER ANEXO I

O monumento é uma representação de 540 canas de açúcar<sup>64</sup> de 3 metros de altura 8 cm de diâmetro. Dentro do monumento haverá um pequeno anfiteatro, que servirá como espaço de reflexão.



© Kiluanji Kia Henda

De acordo com o Noé João, sócio fundador da DJASS e membro da direção, o Kiluanji não foi escolhido à toa para a elaboração da arte. O Kiluanji está profundamente ligado com as pautas antirracistas e ciente dos dilemas que giram em torno da sociedade portuguesa. A obra da plantação é uma forma de “tocar o dedo na ferida”, essa obra “representa cada negro morto, cada negro ostracizado, oprimido.”.

O nome do artista, Kiluanji, quer dizer guerreiro em quimbundo<sup>65</sup>. Vindo de uma família ligada à luta contra a colonização, em sua obra “Homem novo” Kiluanji usa uma metáfora a respeito da falta de reflexão sobre a história e convidou alguns amigos para posar para uma fotografia em que substitui a estátua por estátuas vivas<sup>66</sup>. Todas as suas artes comunicam se

---

<sup>64</sup> O projeto inicial era de 540 pés de cana-de-açúcar mas foi reduzido para cerca de 400.

<sup>65</sup> A língua quimbundo é uma língua bantu falada em Angola, principalmente nas regiões central e sul do país. É uma das línguas nacionais de Angola e é falada por cerca de 6 milhões de pessoas.

<sup>66</sup> Em entrevista concedida ao Tate Museum <https://www.tate.org.uk/art/artists/kiluanji-kia-henda-23100/introducing-kiluanji-kia-henda>



certa forma uma mensagem de combate ao preconceito ao público. Suas obras falam o tempo todo sobre o racismo, sobre o que é estar na pele das pessoas discriminadas.

Segundo o artista, por meio de uma entrevista concedida ao investigador do ISCTE André Soares (2021):

“Existe uma grande indignação em mim. Uma raiva sobre as várias injustiças em diferentes períodos da história e que se tem perpetuado até na minha geração. Uma indignação de viver num país destrozado, que não consegue encerrar os vários ciclos de violência que ocorreram ao longo da história, e ocorrem até nos dias de hoje, pois a miséria também é uma forma de violência, das mais cruéis.”

“E mesmo falando de uma geração que não foram eles que cometeram esses crimes. Mas são herdeiros, vivem desse passado e têm um certo privilégio e um certo conforto de vida que é resultado desse processo, mas mesmo assim vivem em constante negação.”

Kiluanji elucida em entrevista concedida ao Esquerda.net (*ibidem* 2021) que o memorial pretende representar uma plantação em luto: “Uma plantação que nos remete à ideia de natureza manipulada. Manipular a natureza para o crescimento económico que aponta para a prosperidade de um sistema capitalista. Quando nós pensamos nas tragédias da humanidade, muitas vezes deixamos a natureza em terceiro plano. E ela faz parte.” Diz Kiluanji

No entendimento de Noé, o memorial em questão não pode ser considerado uma forma de reparação histórica pois partiu da iniciativa de uma associação através de um grupo de pessoas que decidiu se reunir e pensar numa forma de homenagear as pessoas que foram maltratadas, oprimidas pela escravatura através de um projeto de democracia participativa. No entanto, essa iniciativa não partiu do povo colonizador, o que seria necessário para que se configurasse como uma verdadeira reparação histórica. Dessa forma, partindo de uma associação, o memorial é uma homenagem e não uma reparação.

Noé João diz que um exemplo de reparação histórica é, por exemplo, mudar o layout dos museus em Portugal. Sobretudo museus onde existem peças de países africanos, retiradas de ex-colônias, que hoje não tem qualquer contextualização para os dias de hoje. Deve-se colocar pessoas afrodescendentes para contextualizar aquelas peças.

Diego dos Santos Reis Cândido, Di Cândido, artista negro queer, que vive há 4 anos em Portugal, <sup>67</sup> disse que votou no projeto da Grada Kilomba. Ele diz que nas três obras há um estigma na forma de representar o que foi a escravidão e critica esse condicionamento de corpos negros de “uma forma desgastada, da sofrência, e ter que lembrar dessa violência”.

---

<sup>67</sup> É especialista em direito internacional, já morou em diversos países, estuda e trabalha com arte e curadoria. Já atuou com a DJASS, Batekoo, Afropunk, entre outros.

Di Cândido diz: “Será que dar um pedaço de terra no centro da cidade vai proporcionar reflexões e reparações? É um pensamento muito redutor.” “Reparação, não. É uma obrigação de contar essa história através da perspectiva das população afrodescendente de Portugal. Reparação é algo mais abrangente (Por exemplo: ações afirmativas, restituição de obras, etc). E não existe uma reparação ideal.

Para a Professora Dr. Ana Stela Cunha o memorial de homenagem as pessoas escravizadas também não é uma forma de reparação. A Ana Stela Cunha é antropóloga e artista brasileira, fundadora da Associação Kazumba.<sup>68</sup>

Cunha cita como exemplos de forma de reparação: tirar monumentos como do Borba Gato, em São Paulo, e Padre António Vieira do Largo Trindade Coelho. Segundo Cunha, tais monumentos não necessariamente devem ser destruídos, mas poderiam ser levados para um museu. Ela cita Barcelona como uma cidade que tem feito movimentos nessa direção. “São pessoas que evidentemente ajudaram na construção de um sistema avassalador, genocida. É como colocar um monumento à Hitler.” A ação material é importante, mas é apenas uma delas. Segundo Cunha, os nomes de rua em Lisboa em sua maioria são em homenagem a colonizadores, e quando homenageiam negros é “Beco da Surra”, em Alfama Lisboa. Cunha diz que, segundo fontes esparsas, ali que batiam nas pessoas escravizadas. “As reparações que aconteceram até agora foram por pressão de movimentos sociais, principalmente pelas redes sociais.” Cita como exemplo a lei de nacionalidade.

A campanha pela outra lei da nacionalidade começou em 2017 e foi uma luta dos movimentos sociais em Portugal, especialmente o Consciência Negra, para que alterassem a lei nº37 de 1981 (direito de sangue) que vedava o direito a nacionalidade a pessoas que nasceram e viveram em Portugal durante toda a sua vida. Cheguei a participar de algumas reuniões do coletivo Consciência Negra nessa época. A petição entregue ao parlamento que reuniu mais de três mil assinaturas pedia que a lei voltasse a contemplar o *jus soli*. “Nasceram Cá! Vivem Cá! Estudam Cá! Trabalham para o País! São de cá! Não vieram de lado nenhum.” dizia a petição.

Para Evalina Dias, a questão dos nomes de rua não é uma forma de reparação. “Reparação para quem? (...) a maior parte dos nomes de rua tão ligadas aos descobrimentos. (...) Bairro das colónias, Rua da Guiné, Angola, Cabo Verde, foram ruas criadas nos anos 30 mas para glorificar as colónias portuguesas, não foi reparação para ninguém. Não concordo que seja reparação”

---

<sup>68</sup> Ana Stela Cunha estuda terreiros e quilombos. Atua no Brasil, Cuba, Baixo Congo (R.D.C.) e Brasil.

Para Vale de Almeida, o memorial do Kiluanji pode ser uma forma de reparação. Mas para isso precisa ser sistematicamente trabalhado. Menciona o memorial às vítimas do massacre judeu de 1506 no Largo de São Domingos em Lisboa na ocasião em que dominicanos instigaram a população a matar 2000 judeus. Vale de Almeida chama atenção também pelo fato de que a partir da criação do monumento estaria tudo bem. “É preciso fazer uma analogia entre o antissemitismo e outras formas de discriminação – contra negros ou ciganos por exemplo” (...) “senão corre o risco de ser apenas um apaziguamento da culpa das autoridades que a partir daí lavam as mãos”

Para Vale de Almeida, os nomes de rua são formas de reparação. Não todas. Mas talvez fosse boa ideia que criassem placas de rua novas com figuras negras importantes da história de Portugal e substituíssem nomes de rua que fossem insultuosos. Cita o caso de que em Portugal, ao contrário da Espanha, nada ficou com os nomes do salazarismo. “A (Rua do) Poço dos Negros, por exemplo nós já sabemos o que significa. Mas será que não é melhor deixar como está para ser algo a ser debatido?”

Já o cartaz em homenagem a Bruno Candé colocado em frente ao Teatro D. Maria II, para Evalina, foi uma reparação. Evalina diz que antes do assassinato do Bruno Candé era difícil apontar racismo, mas com um caso tão evidente como esse, algumas pessoas passaram a perceber que é algo que existe e ainda está vivo. “(...) A morte do Bruno Candé e a sentença de que foi um crime de ódio racista foi o primeiro em Portugal; portanto, apesar da morte ter sido uma tragédia, pelo menos serviu para isso. Foi um ponto de viragem terem dado essa primeira condenação em pleno século XXI”. Houve inclusive pressões à Câmara Municipal de Loures para que a Avenida de Moscavide, onde Candé foi assassinado, passasse a ter o nome desse artista<sup>69</sup>. Vale de Almeida diz que é o cartaz ao Bruno Candé é uma homenagem, não uma reparação. É um ato político, uma denúncia. Entende a simbologia do caso mas chama atenção ao fato que é preciso tomar cuidado quando uma pessoa sozinha passa a ser um símbolo coletivo. “Claro que tem um efeito reparador”<sup>70</sup>

É descobrimento? É invasão? Cunha cita o programa “visita guiada” da RTP, um programa sobre museus onde falavam da Lisboa Africana de forma imprecisa. Pegaram um professor da FCSH da CHAM, usando chavões. Segundo Cunha “A partícula “-ados” da palavra escravizados dá passividade para a designação.” (...) “Perpetua-se um discurso

---

<sup>69</sup> Ver: <https://afrolink.pt/avenida-bruno-cande-descerrada-em-dia-de-homenagem-mural-e-musical/> “Avenida Bruno Candé” descerrada, em dia de homenagem mural e musical” Afrolink Acessado em Out. 2022

<sup>70</sup> Houve nas cidades do Porto, Lisboa, e Coimbra concentrações pela memória de Bruno Candé (Gomes, 2020)

impreciso sobre a historia.”(...) “Um sistema feito para um odiar o outro até de forma subjetiva.” Cita o projeto do CRIA sobre o racismo nas redes sociais e a solidão do homem negro.<sup>71</sup>

Grada Kilomba é uma artista portuguesa que vive já há 15 anos fora de Portugal. Ela relata em seu livro “Memórias da plantação” sentir dificuldade em debater abordagens mais críticas ao colonialismo em Portugal: “somos muitos em termos demográficos, mas percebi que os espaços estavam bloqueados” (2019). Grada Kilomba, vive em Berlim, é uma escritora e artista portuguesa que viu sua carreira deslançar desde que saiu de Portugal. Tendo seus trabalhos expostos no Palais de Tokyo e Bienal de São Paulo.

Rodrigo Saturnino, “Rod”, artista lisboeta e pós doutor Universidade do Minho, participou em 2022 da exposição do MAAT “Interferências” onde expôs a obra “Não foi descobrimento, foi matança”. A exposição que foi curada por personalidades brancas, mas que teve a participação de diversos artistas negros, desafiavam o público a pensar sobre a ótica do racismo e periferia<sup>72</sup>. A faixa do ROD que já havia sido colocada em exposição na Casa Independente (Largo do Intendente) gerou um grande debate, incluindo ameaças a sua integridade física, segundo ROD no evento do Hangar “Decolonizing curatorial narratives”<sup>73</sup>.

ROD disse-me que: “Reparação histórica é um processo que é feito com acordos políticos e acordos sociais que penetrem varias áreas da nossa sociedade em relação as pessoas que sofreram consequência direta de algum momento da história – com as pessoas negras e seus descendentes”. Perguntei ao Rod se ele acha que sua obra exposta no MAAT – “Não foi descobrimento, foi matança” – é uma forma de reparação simbólica. Ele diz que não. Segundo ROD, reparação histórica não está acontecendo em Portugal ainda. Sobre a exposição *Interferências*, “Nós somos escolhidos, as pessoas brancas que nos escolhem. Elas que aplicam o seu gosto para escolher pessoas para participar das exposições”, o que denotaria uma estratégia política do país de camuflar o racismo.

Para ROD, é através de politicas públicas de reparação histórica, simbólica ou material é que se pode dar algum passo a frente nesse sentido. “Quando as cadeiras girarem, quando o poder sair das mãos das pessoas brancas para pessoas negras, aí sim, teremos algum tipo de reparação”. Para ROD, o primeiro ministro António Costa, apesar de ter descendência indiana, não é enxergado pelo público da mesma forma que a Joacine Katar Moreira devido ao marcador social que a ex-deputada carrega associado a escravatura.

---

<sup>71</sup> <https://racismoexenofobia.cria.org.pt/o-projeto/> Acessado em 22 de julho de 2022

<sup>73</sup> O evento aconteceu no dia 12 de novembro em Lisboa com a curadora Cristiana Tejo e Ana Balona de Oliveira

A lentidão do país em criar formas de reparação histórica é um projeto político e essa demora tá ligada a falta de interesse e a amnésia conveniente dos Portugueses em relação a essa dívida histórica. A nível estatal um possível ponto de partida para fazer reparação seria estabelecendo as categorias étnico raciais nos censos. A nível das instituições público e privadas, existe a possibilidade de criar de forma mais autônoma, sem ter que depender tanto do Estado, seus próprios sistema de reparação histórica, a exemplo do que foi feito na DG Artes, de acordo com ROD. Porém, “criar vagas em vários setores da sociedade para que essas pessoas estejam na liderança”. Para Rod, Portugal ainda não fez nada para a reparação histórica e a mudança vai demorar e que ele tenta através da sua arte transmitir essa mensagem.

“Até certo ponto acho que o memorial pode ser sim uma forma de reparação, mas acima de tudo é uma contra narrativa. É uma forma de chamar atenção para o racismo contemporâneo (...) não é passado é presente” - diz Evalina em entrevista. A escravatura é um acontecimento histórico que transborda nos dias atuais. Evalina reconhece que a reparação aos judeus, devido ao seu estatuto socio econômico, é sim feito. Enquanto no caso dos africanos, por ainda não estarem organizados da mesma forma, não se discutem essas questões.

Evalina Dias comenta: “eu não sei se é possível reparar. Tendo em conta que os seres humanos que foram traficados, retirados de suas populações, eram os mais fortes.” “Foram 12 milhões de escravizados, por isso fica difícil reparar. Mas se pudessem contabilizar de cada país, o que foi retirado e tentassem dar de volta para o país através de projetos de desenvolvimento não projetos de desenvolvimentos como existem por aí, que dão com uma mão para tirar com a outra” aí sim seria uma forma de reparação “desenvolvimento ativo e verdadeiro”. Construir uma escola, um hospital, como deve ser. “Uma retribuição pelo mal que fizeram (seria) um investimento sem contrapartidas. Estruturas para ajudar as próximas gerações seriam uma forma de reparação”.

A acadêmica e ativista Cristina Roldão, socióloga e professora do Instituto Politécnico de Setúbal, disse em sua apresentação na Culturgest (2020)<sup>74</sup> que é necessário contar uma história negra portuguesa. Ela mostra com orgulho sua descoberta, o jornal “O Negro”<sup>75</sup> (republicado em 2021), menciona o livro “origens do nacionalismo africano” de Mário Pinto de Andrade<sup>76</sup>, e arquivos negros como: “Afrolis, Afrolink, Bantumen, o outro lado negro da

---

<sup>74</sup> Apresentação da Cristina Roldão chamada “Reparar a história, enegrecer o arquivo. Notas de uma pesquisa sobre mulheres negras em Portugal no início do século XX” no evento “Descentrar o império. Reparar o futuro”

<sup>75</sup> A professora Roldão chama atenção para o fato de que o Jornal O Negro foi encontrado na secção de periódicos africanos, como se não fizessem parte da história de Portugal.

<sup>76</sup> Intelectual angolano envolvido com os movimento de libertação africana envolvido na criação do Centro de Estudos Africanos juntamente com Agostinho Neto, Amílcar Cabral e Francisco José Tenreiro.

força e o Jornal o Gueto: olhos ouvidos e voz”. A luta pela memória e a história através da “carta aberta contra o Museu das Descobertas, a luta contra as honras ao Marcelino da Mata, contra os brasões florais da Praça do Império, estátua do Padre António Vieira e retirada das pinturas coloniais na Assembléia da Republica.”

Durante sua apresentação Cristina Roldão também desvenda a história de Georgina de Carvalho Ribas, Fernanda do Vale, Virgínia Quaresma, Domingas Lazary do Amaral. Sua apresentação foi ovacionada pela plateia. Roldão diz que os negros de todo o mundo estão agora refletindo sobre “o que é ser negro sem ser escravo”. Roldão questiona como discussões como as do “Descentrar o império” revertem de fato em reparações para as pessoas concretas. (Dá como exemplo a reformulação dos manuais de escolares, formação de educadores, cotas no ensino superior, etc). Critica a forma como a mídia transformou as manifestações em Lisboa por Geroge Floyd e violência policial em um debate sobre estátuas, desviando o real sentido das manifestações.

Encontrei o ativista António Tonga na praça do Rossio na manifestação do dia 17 de setembro de 2022 na ocasião da manifestação “Entraram vivos, saíram mortos”. Já conhecia Tonga desde 2016 nas reuniões que deram início ao Consciência Negra e da campanha pela outra lei da nacionalidade. Nesse dia, o Tonga ficou encarregado de comandar a manifestação com o microfone. Na descrição do evento da manifestação do Facebook em um dos parágrafos diz: “A indiferença, o racismo institucional e a negligência estatal em relação às mortes de Daniel, Danijoy, Miguel e tantas outras, demonstra-nos que o estado impossibilita, dificulta e promove obstáculos à luta das famílias por Verdade e Justiça. Mas as mães e os familiares das vítimas do estado resistem! Seguem na luta!” pergunto então ao António Tonga se ele considera que o monumento de homenagem as pessoas escravizadas era uma forma de encontro a memória e justiça também. Ele diz: “Estamos lutando pelos antigos, pelos que estão por vir. Respeitar e lutar por (eles). O memorial não marca se não for uma luta permanente, e tem que ser acompanhado por um debate, tem que ser acompanhado por uma movimentação e tem que ser reconhecimento coletivo pela sociedade portuguesa e seu papel da escravidão na sua gênese.”

Segundo Tonga, o memorial é uma das muitas formas de reparação que existem como por exemplo: cotas de ensino e perdão das dívidas dos países do PALOP. O memorial é uma forma de reparação simbólica da iconografia de Portugal. “Portugal é um país onde vemos glorificadas figuras de conquistadores escravagistas e não vemos por outro lado a memória das pessoas que foram escravizadas em concreto”. Pergunto ao Tonga se ele tem uma sugestão

sobre o que Portugal pode fazer a nível das reparações: Ele diz “não há reparação sem reconhecimento do crime.”

Para Vale de Almeida é muito positivo que o memorial seja construído num local onde passam muitas pessoas, e não em um local escondido. O único aspecto negativo é a demora na ereção do monumento. “Vai ser um marco muitíssimo importante.” Pois vai haver em dois pontos da baixa pombalina memoriais em homenagens as minorias mais perseguidas historicamente em Portugal.

Apesar de ter tentado entrar em contato com o Kiluanji, não obtive resposta, no entanto, encontrei a seguinte opinião do artista em entrevista ao esquerda.net em relação às reparações históricas:

“Há muitos modos de se pensar na reparação. Muitas vezes, quando se fala em reparação pensa-se logo em grandes somas de dinheiro transferidos para África. Não deixa de ser legítimo, porque é possível contabilizar em números os ganhos que se obtiveram com tráfico transatlântico. Já se sabe da participação dos bancos no processo escravista, o chamado capitalismo escravocrata. Pode-se calcular esse número e chegar a uma reparação por essa via. Mas culturalmente falando não é bem essa reparação, vai muito mais além do que números. É mais do lado da empatia sobre a dor alheia, o espaço de voz, do outro lado, de quem foi vítima. No fundo, sempre existiram estratégias de silenciamento das pessoas que foram vítimas de processos violentos ao longo da história.”

## **Tokenização do corpo negro**

Segundo Rod, o que tem acontecido em Portugal é a apropriação do corpo negro como mais uma forma de manutenção do poder das pessoas brancas. Ele denuncia: “Os brancos que fazem gestão da sociedade enquanto as pessoas negras estão ali como objeto de mais valia. (...) Quando o poder sair da mão das pessoas brancas e ir pras pessoas negras aí sim teremos de fato uma reparação”.

Rod cita a iniciativa da Direção-Geral das Artes que oferece 10% a mais de pontos em projetos com pessoas negras na sua equipe. – o que pode ser visto como um possível movimento de reparação – mas que também serve o propósito de melhorar o estatuto delas como instituição comandada por pessoas brancas. O que pode ser considerado como a constituição de um movimento colonial do monopólio dos processos de decisão.

Di Cândido também levanta essa bandeira. Ele diz que tokenização não pode ser confundida como uma forma de reparação. “Não é só dar voz (...) possibilidades ou estabelecer processo de cota tokenizada. Mas sim dar possibilidade pra que as pessoas cresçam e exerçam sua própria voz num seguimento, político, académico, onde elas quiserem estar”

### 3.2.1.1. Controvérsias sobre o monumento

Apesar de não ser o foco dessa dissertação, considero importante mencionar que o monumento tem sido objeto de questionamento por parte de Aristóteles Kandimba e Manuel L. Dias dos Santos que criaram uma petição pública para ser entregue ao parlamento em que alegam que a plantação do Kiluanji Kia Henda na verdade representa uma homenagem à escravização e não às pessoas escravizadas.

Intitulada como “Plantação de cana-de-açúcar como memorial das pessoas escravizadas, não” a petição <sup>77</sup> foi assinada até Julho de 22 por 258 pessoas. O texto da petição critica o “conjunto escultórico” que não pode ser ressignificado. São feitas associações como a câmara de gás e campos de concentrações para as vítimas do nazismo e descendentes. A petição pede a reversão e concretização do projeto.

Dizem também que tal monumento é uma romantização do holocausto africano e que não deveriam replicar um ambiente de opressão para homenagear suas vítimas. A petição curiosamente reúne um número de assinaturas maior do que o que levou Kiluanji a ser vencedor do projeto, que contabilizaram 77 votos, contra 48 da proposta de Grada Kilomba. <sup>78</sup> No entanto, é importante frisar que tais assinaturas foram recolhidas virtualmente, enquanto os votos para a escolha do monumento foram feitas pessoalmente, em reuniões feitas pela DJASS em reuniões feitas em bairros de população majoritariamente afrodescendente.

Para Ana Stela Cunha, o fato da obra ser um canavial, algo que remete a escravidão, é o que causa a querela. “Por que é que preto que tem que falar sempre de coisas racializadas?” questiona.

Rodrigo Saturnino reconhece que as canas-de-açúcar do Kiluanji podem causar alguma ambiguidade na leitura da obra de arte, no sentido de que pode parecer com um espaço de celebração, mas que isso pode ser explicado junto ao público. É preciso esperar o processo de execução da arte para saber de fato como vão ser exploradas essas questões.

## 3.3. Centro Interpretativo

---

<sup>77</sup> <https://peticaopublica.com/?pi=PT108633> Plantação de cana-de-açúcar como memorial das pessoas escravizadas, não! Acessado em 22 de Julho de 2022

<sup>78</sup> “Plantação-Prosperidade e Pesadelo” em Lisboa, pelas pessoas escravizadas <https://afrolink.pt/plantacao-prosperidade-e-pesadelo-em-lisboa-pelas-pessoas-escravizadas/> acessado em 22 de julho de 22



Ao lado de onde será instalado o monumento em homenagem as pessoas escravizadas será instalado um centro interpretativo que segundo a DJASS em divulgação no Facebook “incluirá uma componente expositiva sobre o memorial, a escravatura e temas relacionados, bem como um espaço para eventos temporários”. O edifício que se encontra no Campo das Cebolas foi cedido pela Câmara Municipal de Lisboa. Até o momento não existe um projeto definido sobre como o edifício do centro interpretativo será ocupado.

## Conclusões

Cedo ou tarde, Portugal precisará encarar o seu passado escravocrata. Sem uma abordagem clara e honesta sobre os fatos históricos não se constrói um presente e um futuro prósperos.

Políticas de esquecimento do Estado português são uma forma de racismo estrutural. Isso tem vindo a mudar, graças ao trabalho de associações como a DJASS, historiadores, académicos e ativistas, a memória do Estado Português moderno é desafiada e acabam por serem expostas aspetos da colonialidade que perpetuam injustiças às populações racializadas comuns a todos países de língua oficial portuguesa.

Esse esquecimento em relação aos afrodescendentes em Portugal escancara um projeto colonial que permanece vigente, mesmo após a descolonização. Mas a história negra portuguesa não será esquecida porque existe em torno dela uma batalha pela memória. Uma delas se fez através do projeto de construção do memorial “Plantação, prosperidade e pesadelo” do Kiluanji Kia Henda, que foi uma ação pontual levantada pela DJASS.

Declarações recentes do governo português reconhecendo o Massacre de Wiriamu e a decisão comedida de se realizar o inventário das obras das ex-colônias em Portugal mostram alguns avanços nesse campo. Mas parece que é mais fácil lidar com um passado longínquo como as reparações aos judeus sefarditas, ocorrida em Portugal há cinco séculos atrás do que a escravidão e trabalho forçado que terminou há poucas décadas atrás. Ficando reservados a ações pontuais simbólicas propostas através associações, como a DJASS por meio do orçamento participativo.

As vítimas precisam que estar no centro desse processo de cura. Por isso faz-se necessário mais diálogo e políticas positivas de reparação. Todo o processo de escolha artística do memorial foi feito presencialmente com o público em bairros com maior porcentagem de afrodescendentes na zona de Lisboa. Do lado oposto, estátuas como a do Padre Antônio Vieira que reforçam a hegemonia da negação, são erigidas pela Santa Casa da Misericórdia e Câmara Municipal de Lisboa unilateralmente no espaço público sem qualquer consulta ao público.

As reparações simbólicas são um primeiro passo para a realização de relações saudáveis entre nação e sociedade. Para ativistas, reparações para serem históricas precisariam ser estruturais. O que vemos com o memorial é apenas uma espécie de reparação simbólica, uma homenagem incipiente, levada a cabo pela DJASS, e não pelo governo.

É preciso que Estado português ouça os movimentos sociais e rompa com a postura colonial de uma vez por todas para que o seu discurso faça real sentido perante a comunidade

internacional e vizinhos europeus. Os tratados, leis, recomendações e acordos internacionais assinados precisam ser monitorados e respeitados. É preciso que as leis de combate ao racismo tenham maior efetividade de modo que não haja impunidade e a luta antirracista não represente um perigo de vida a afrodescendentes e ativistas.

Um imenso trabalho de reflexão e memória precisa ser realizado a nível nacional em conjunto com a população portuguesa afrodescendente e migrante. Questões fulcrais como a descolonização dos currículos, para que novas gerações não tenham uma visão fantasiosa do passado, ou a adoção de categorias étnico raciais para permitir a criação de políticas públicas positivas são um exemplo de como Portugal pode começar a sair desse estado de amnésia coletiva e para que então alguma reparação histórica passe de fato a existir.

## Referências Bibliográficas

Afrolink, “Plantação-Prosperidade e Pesadelo” em Lisboa, pelas pessoas escravizadas”  
<https://afrolink.pt/plantacao-prosperidade-e-pesadelo-em-lisboa-pelas-pessoas-escravizadas/>  
Acessado em 22 de Jul. de 2022.

Almeida, S., (2018). *O que é racismo estrutural?* – Coleção feminismos plurais - Belo Horizonte - MG, Letramento.

Amnesty International report 2021/22 The state of the world’s Human Rights  
<https://www.amnesty.org/en/wpcontent/uploads/2022/03/POL1048702022PORTUGUESE.pdf>  
f Acessado em 14 de julho de 2022.

Araujo, A. L., (2012). *Politics of Memory: Making Slavery Visible in the Public Space*. New York: Routledge.

Araujo, A. L., (2017) *Reparations for Slavery and the Slave Trade, A Transnational and Comparative History*, Bloomsbury Academic.

Araújo, M.; & Silvia Rodríguez, M. (2012). "A institucionalização do silêncio: a escravatura nos manuais de história portugueses", Revista (In)Visível, Ed. Outubro.

Arenas, F., (2022). *Africanos e Afrodescendentes no Cinema Português Contemporâneo: Imigrantes, Cidadãos, Humanos, The open veins of the postcolonial* p. 237-256.

Alves, A. R. (2021). *Quando Ninguém Podia Ficar: Racismo, Habitação e Território*. Lisboa: Tigre de Papel.

Balsa, C., Juliane B. (2020). “Notas sobre a pandemia: Como Conduzir Uma Etnografia Durante o Isolamento Social.” Blog SocioFilo.

Barreiros, I. B.; Martins Marcos, P.; Schacht Pereira, P.; Gomes Coelho, R. (2022). *Descentrar o Império, Reparar o futuro*, Culturgest.

Câmara Municipal de Lisboa, Orçamento Participativo de Lisboa 2017/18 - Proposta 409 - Memorial à Escravatura. Acesso em Nov. 2021 Disponível em <<https://op.lisboaparticipa.pt/op/propostas/593da5d66c747400097318a7>>

Comaroff J.L., & Comaroff. J. (2012) *Theory from the South: or, how Euro-America is Evolving Toward Africa*. Boulder: Paradigm Publishers -- Ch.1 'Theory from the South', 1-50.

Connerton, P., (1989) *How Societies Remember*, New York: Cambridge University Press.

Council of Europe, (2005) Convention on Action Against Trafficking in Human Beings <http://www.eesc.europa.eu/sites/default/files/resources/docs/eesc-2011-10-pt.pdf>.

Quenum, F., (2020), Deutsche Welle, “Crimes durant la colonisation : des rares précédents de réparation” Disponível em: <https://www.dw.com/fr/crimes-durant-la-colonisation-des-rares-pr%C3%A9c%C3%A9dents-de-r%C3%A9paration/a-54600267> Acessado em Jan. 2021.

Corbo, W., (2017). *Discriminação Indireta: Conceito, fundamentos e uma proposta de enfrentamento à luz da Constituição de 1988*, Editora Lumens, Rio de Janeiro.

Cotrim, A., (2017), “Portugal reconheceu injustiça da escravatura quando a aboliu em 1761” <https://observador.pt/2017/04/13/portugal-reconheceu-injustica-da-escravatura-quando-a-aboliu-em-1761/> - Acessado em Nov. 2021.

Curado, P., (2021), Jornal O Público, “*Roman Abramovich é cidadão português desde Abril*” <https://www.publico.pt/2021/12/18/desporto/investigacao/roman-abramovich-cidadao-portugues-desde-abril-1989109>– Acessado em Out. 2022.

Dias, B.P.; Dias N, (2012) *Imigração e Racismo em Portugal, o lugar do outro*, Edições 70, Coleção livro de bolso Le Monde Diplomatique, Lisboa.

El-Tayeb, F., (2011). *European Others: Queering Ethnicity in Postnational Europe* University of Minnesota Press.

ECRI – European Commission against Racism and Intolerance, (2018). Council of Europe. Acessado em 14 jul 2022 <https://rm.coe.int/fifth-report-on-portugal-portuguese-translation-/16808de7db>.

European Network Against Racism, (2016). “Fact Sheet Briefing – Afrophobia in Portugal” Acessado em 14 Jul. 2022, em [https://www.enar-eu.org/wp-content/uploads/portugal\\_fact\\_sheet\\_briefing\\_final.pdf](https://www.enar-eu.org/wp-content/uploads/portugal_fact_sheet_briefing_final.pdf).

Erel, U. et al. (2016) *Ehtnic and Racial Studies Journal*, 1339-1360 vol. 39 nº 8 “Understanding the contemporary race–migration nexus.

Ernesto, A. Y. (2017). *Diário de Notícias*, “Extrema-direita impede manifestação contra estátua do padre António Vieira em Lisboa” <https://www.dn.pt/sociedade/extrema-direita-impede-manifestacao-contr-estatuado-padre-antonio-vieira-em-lisboa-8823551.html> Acessado em Set. 2021.

Exhibition of the European Prize for Urban Public Space 2012 - In Favour of Public Space, Acessado em Set. de 2021, Disponível em: [http://www.cccb.org/rcs\\_gene/DOSSIER\\_English.pdf](http://www.cccb.org/rcs_gene/DOSSIER_English.pdf),

Freyre, G., (1933). *Casa-grande & senzala*, Rio de Janeiro, Maia e Schmidt Ltda.

Freyre, G., (1940). *O mundo que o Português criou. Aspectos das relações sociaes e de cultura do Brasil com Portugal e as colônias portuguesas*. Rio de Janeiro : Livraria Jose Olympio Editora.

Gilroy, P. (2001) *O Atlântico Negro — Modernidade e dupla consciência*, Editora 34.

Gomes, J., (2020), *Jornal Observador* “Em 2020 aconteceu uma concentração de justiça e memória de Bruno Candé em Beja, Coimbra, Lisboa e Porto”

<https://observador.pt/2020/08/01/nao-e-so-nos-eua-segundo-dia-de-homenagens-a-bruno-cande-com-protestos-em-varias-cidades/>, Acessado em Nov.2022.

Halbwachs, M., (1950) *La mémoire collective*, Paris: Presses Universitaires de France.

Henriques, I. C., (2019). *De escravos a Indígenas - O longo processo de instrumentalização dos africanos* (Séculos XV - XX), Editora Caleidoscópio.

Harris, M., (1958 ) *Portugal's African 'Wards'*, New York: Africa Today Pamphlets.

Hawthorne, W., (2010). *From Africa to Brazil: Culture, Identity, and an Atlantic Slave Trade, 1600-1830*: 113, Cambridge University Press.

Henriques, J. G., (2018). *Racismo no país dos brancos costumes*; pref. 1ªed. Lisboa : Tinta-da-China.

Henriques, J. G., (2020). “Em dez anos nenhum polícia foi condenado por racismo” *Jornal O Público*. Disponível em: <https://www.publico.pt/2020/05/25/sociedade/noticia/dez-anos-policia-condenado-racismo-estudo-ha-negligencia-investigacao-1916539> - Acessado em Out. 2022.

Henriques, J. G., *Jornal O Público*, (2019) “Fez-se história: Parlamento terá três deputadas negras” Disponível em: <https://www.publico.pt/2019/10/07/politica/noticia/eleicoes-historicas-elegem-tres-deputadas-negras-1889146> – Acessado em Out. 2022.

Henriques, J. G., (2019). *Jornal O Público*, “Quatro detidos em confrontos entre polícia e manifestantes na Avenida da Liberdade” Disponível em: <https://www.publico.pt/2019/01/21/sociedade/noticia/tensao-baixa-lisboa-apos-protesto-moradores-bairro-jamaica-1858814> - Acessado em out. 2022.

Henriques, J.G., (2014). *Jornal O Público* “Portugal deve pagar indenizações pela escravatura?” Disponível em: <https://www.publico.pt/2014/11/09/portugal/noticia/portugal-deve-pagar-indemnizacoes-pela-escravatura-1675470> Acessado em Setembro de 2022.

Henriques, Joana Gorjão *Jornal O Público*, (2012). "ONU traça retrato de discriminação e "racismo subtil" <https://www.publico.pt/2012/09/26/sociedade/noticia/onu-traca-retrato-de-discriminacao-e-racismo-subtil-em-portugal-1564647> Acessado em Set. 2022.

Henriques, Joana Gorjão (2015). “Os polícias disseram que nós, africanos, temos de morrer”.. <https://www.publico.pt/2015/02/10/sociedade/noticia/os-policias-disseram-que-nos-africanos-temos-de-morrer-1685599>.

Henriques, J. G., Portal Geledés, (2016). “Afrofobia: A violência policial contra negros é problemática em Portugal.”. <http://www.geledes.org.br/violencia-policial-contranegros-e-problematica-em-portugal/#gs.null>,

Jerónimo, M. B., (2015), *The 'Civilising Mission' of Portuguese Colonialism, 1870-1930*. Basingstoke: Palgrave Macmillan.

Jerónimo, M. B. & Monteiro, J., (2018) “Nos tempos da escravatura, da antiguidade ao século XX como viviam e eram tratados os escravos”, *Revista Visão história* nº49.

Jeronimo, M.B., (2010). *Livros Brancos, Almas Negras: A «Missão Civilizadora» do Colonialismo Português (c. 1870-1930)*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Kjb, Deutsche Welle, (2008). “Colonial payback”, Disponível em: <https://www.dw.com/en/italy-agrees-to-5-billion-in-compensation-for-colonizing-libya/a-3604444> - Acessado em Ago. 2022.

Lahon, D., (2004). *O escravo africano na vida económica e social portuguesa do antigo regime*, *Africana Studia*, nº7, Ed. Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Lopes, S., (2022). *Jornal Nit*, “Seco há 50 anos, o Aqueduto de Lisboa vai ser reativado — a água vai voltar a circular”- <https://www.nit.pt/fora-de-casa/na-cidade/seco-ha-50-anos-o-aqueduto-de-lisboa-vai-ser-reativado-a-agua-vai-voltar-a-circular> Acessado em Nov. 2022.

Lusa, *Diário de Notícias*, (2019). “Pedras e tiros. Manifestação em nome do Bairro da Jamaica causa distúrbios na Baixa de Lisboa” Disponível em: <https://www.dn.pt/pais/moradores-do->



bairro-da-jamaica-no-seixal-protestam-em-frente-ao-mai-em-lisboa--10467795.html –

Acessado em out. 2022.

Lusa, SIC Notícias, (2019). “PSP e detidos em Lisboa após incidentes no Bairro da Jamaica com versões diferentes” Disponível em: <https://sicnoticias.pt/pais/2019-02-07-PSP-e-detidos-em-Lisboa-apos-incidentes-no-Bairro-da-Jamaica-com-versoes-diferentes> – Acessado em out. 2022.

Marins, C. & Miranda, T., Jornal Expresso (2015), “Da lixeira para o sótão: 155 esqueletos ímpares no mundo encaixotados em Coimbra” Disponível em: <https://expresso.pt/sociedade/2015-07-21-Da-lixreira-para-o-sotao-155-esqueletos-impares-no-mundo-encaixotados-em-Coimbra> Acessado em Jun. 2022.

Marques, J.F. (2007) Todos iguais, todos iguais – O antirracismo em Portugal – Marques, Faculdade de Economia da Universidade do Algarve.

Marcelino, C., Relatório sobre Racismo, Xenofobia e Discriminação Étnico-racial em Portugal - Palácio de São Bento, 16 de jul. de 2019.

Miller, D. *et al* (2016). *How the World Changed Social Media. Why we post*. UCL Press: Londres, Reino Unido.

Miller, Daniel. (2020). Como conduzir uma etnografia durante o isolamento social. Disponível em: <https://youtu.be/WC24b3nzp98> Acessado em Nov. 2022.

Mills, C. (1997).. *The Racial Contract*. Ithaca, NY: Cornell University Press.

Manning, S., (2021). “Britain’s colonial shame: Slave-owners given huge payouts after abolition” Disponível em: <https://reparationscomm.org/reparations-news/britains-colonial-shame-slave-owners-given-huge-payouts-after-abolition/>, 2021– Acessado em Out. 2022.

Martins, C., (2022). “Governo vai fazer lista de património com origem nas ex-colónias” <https://expresso.pt/cultura/2022-11-24-Governo-vai-fazer-lista-de-patrimonio-com-origem-nas-ex-colonias-75772940>, Jornal Expresso, Acessado em Nov. 2022.

Marques, J. F. (2007). “Todos iguais, todos iguais, O anti-racismo em Portugal.” Algarve: Faculdade de Economia da Universidade do Algarve.

McCarthy, T.. (2004). Coming to Terms with Our Past, Part II: On the Morality and Politics of Reparations for Slavery. *Political Theory* 32.

Nyemba, B., Reuters (2022) “Le roi des Belges dit à la RDC ses regrets pour la colonisation, sans excuses” <https://www.reuters.com/article/belgique-roi-rdc-idFRKBN2NP1IQ> Acessado em 8 Junho de 2022.

Otávio R.; Alves, A. R.; Varela P. & Roldão, C., (2019). “Negro drama. Racismo, segregação e violência policial nas periferias de Lisboa”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*; Disponível em: <http://journals.openedition.org/rccs/8937> ; DOI : 10.4000/rccs.8937,

Oltermann, P., (2021). The Guardian, “Germany Agrees to Pay Namibia € 1.1 bn Over Historical Herero-Nama Genocide” Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2021/may/28/germany-agrees-to-pay-namibia-11bn-over-historical-herero-nama-genocide> - Acessado em Out. 2022.

Pereira, R. C., (2022). “Acabar com nacionalidade para descendentes de judeus sefarditas? Lei vai a discussão na AR” <https://www.tsf.pt/portugal/politica/acabar-com-nacionalidade-para-descendentes-de-judeus-sefarditas-lei-vai-a-discussao-na-ar-14960705.html> -Acessado em Out. 2022.

Pereira, S., (2008) “Trabalhadores imigrantes de origem africana: precariedade laboral e estratégias de mobilidade geográfica”, in PEIXOTO, João (org.), *Revista Migrações - Número Temático Imigração e Mercado de Trabalho*, Abril 2008, n.o 2, Lisboa: ACIDI, pp. 47-71.

Quijano, A., (2005). *Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina*. Disponível em: [http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12\\_Quijano.pdf](http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf) Acessado em Out.2022, CLACSO.

Sanches, M.R. (Org.) (2011). *Malhas que os Impérios Tecem – Textos Anticoloniais, Contextos Pós-Coloniais*. Edições 70.

Sauvage, G., France 24, (2021). “How Black Lives Matter put slave reparations back on the agenda” <https://www.france24.com/en/americas/20210418-how-black-lives-matter-put-slave-reparations-back-on-the-agenda>.

Soares, A., (2021). Esquerda.net, “Kiluanji Kia Henda: "Eu crio arte para provocar emoções" Disponível em: <https://www.esquerda.net/artigo/kiluanji-kia-henda-eu-crio-arte-para-provocar-emocoos/72362> Acessado em Out. 2022,

Taguieff, Pierre-André (1999) “*Réflexions sur la question antiraciste: Droit, morale et politique*” Paris: La Découverte.

Termos de referência TdR – Memorial de homenagem às pessoas escravizadas – Lisboa – DJASS Associação de Afrodescendentes. Disponível em: [https://7f8984dc-3352-4289-8499-5168b494d84f.filesusr.com/ugd/ba3afb\\_1fcabec1101944739cc1e255491d4575.pdf](https://7f8984dc-3352-4289-8499-5168b494d84f.filesusr.com/ugd/ba3afb_1fcabec1101944739cc1e255491d4575.pdf)

Teles, F.; Coelho, P., (2022), Setenta e quatro, Investigação 74, “Polícias sem lei: o ódio de 591 agentes de autoridade” Disponível em: <https://setentaequatro.pt/investigacao-74/policias-sem-lei-o-odio-de-591-agentes-de-autoridade> Acessado em Nov. 2022.

Tinhorão, J. R., (1997) *Os negros em Portugal: uma presença silenciosa*, Coleção Universitária, Editora Caminho.

Rádio Afrolis, (2017). “Áudio 169 – Memorial Às Vítimas Da Escravatura Em Lisboa” Áudio do podcast disponível em <https://on.soundcloud.com/UGsC7> Acessado em Out. 2022.

Rádio Afrolis, (2019). “Áudio 198 - Cristina Roldão comenta luta pela inclusão de categorias étnico-raciais no Censos 2021” Disponível em: <https://on.soundcloud.com/wpWYW>.

Roldão, C. (2015). Fatores e perfis de sucesso escolar “inesperado”: trajetos de contratendência de jovens das classes populares e de origem africana. Lisboa, ISCTE-IUL,. Tese de doutoramento. Disponível em [www:<http://hdl.handle.net/10071/9342>](http://hdl.handle.net/10071/9342).

Seabra, T. *et al.* – *Caminhos escolares de jovens africanos (PALOP) que acedem ao ensino superior* 1ª ed. Estudos 57 – Observatório das Migrações.

Schuchman, L. V. (2012). Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana, Tese de doutoramento Universidade de São Paulo, São Paulo.

Soares, A. (2015). – “Entre Luanda, Lisboa, Milão, Miami e Cairo. Difusão e Prática da Kizomba” Dissertação de mestrado de Antropologia ISCTE.

United Nations, (2001) Durban Declaration and Plan of Action, Adopted at the World Conference Against Racism, Racial Discrimination, Xenophobia and Related Violence., Disponível em: <https://www.refworld.org/docid/3db573314.htm> Acessado em Abr. 2022.

United Nations, (2014). Transitional Justice and Economic, Social and Cultural Rights, New York and Geneva, Acessado em Sept. 2021 Disponível em at: < <http://www.ohchr.org/Documents/Publications/HR-PUB-13-05.pdf>>.

Williams E., (1944) *Capitalism & Slavery*, The University of North Carolina press, Chapel Hill.

Wiseman, R. (2013). *The United people: The June social movements in Rio de Janeiro Brazil and notions of belonging* – Vrije Universiteit Amsterdam, Amesterdão.

Vale de Almeida, M. (2006) “Comentário”, in *Portugal não é um país pequeno. Contar o “Império” na pós-colonialidade*, Cotovia.

Veiga, N., (2021). “Investigadas denúncias de escravatura laboral em Odemira” Disponível em: <https://pt.euronews.com/2021/05/06/investigadas-denuncias-de-escravatura-laboral-em-odemira> Euronews, – Acessado em Out. 2022.

## ANEXO I

### Votação das propostas artísticas para o Memorial em Homenagem às Pessoas Escravizadas

#### Resultados das votações

Sessões	Votos por proposta			Total
	Grada Kilomba	Jaime Lauriano	Kiluanji Kia Henda	
Biblioteca Municipal do Vale da Amoreira (Moita), 07/12/2019	1	1	6	8
Fac. Ciências Sociais e Humanas, Univ. Nova Lisboa (Lisboa), 13/12/2019	16	3	15	34
Centro Comunitário do Alto da Loba, Paço de Arcos (Oeiras), 04/01/2020	12	0	16	28
Biblioteca Municipal de Marvila (Lisboa), 25/01/2020	8	0	15	23
Espaço Tabanka Sul, Arrentela (Seixal), 09/02/2020	8	0	3	11
Assoc. Luso Caboverdeana de Sintra, Rio de Mouro (Sintra), 29/02/2020	3	3	22	28
<b>TOTAL</b>	<b>48</b>	<b>7</b>	<b>77</b>	<b>132</b>
	36,4%	5,3%	58,3%	

Djass - Associação de Afrodescendentes  
29/02/2020